

cescontexto

O Drama dos/as Refugiados/as na Europa

Organização
Carlos Nolasco
Elsa Lechner

Nº 18

Setembro, 2017

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2182-908X

Índice

Carlos Nolasco e Elsa Lechner

Introdução: o drama dos/as refugiados/as na Europa – estágio “Ciência Viva” 2

Gaia Giuliani

The Mediterranean of the refugees: For a reading of colonial implications in spatial imagination..... 8

Olga Solovova

Ideologias em marcha: fotografias a documentar a viagem de refugiados/as..... 19

Edgard Raoul Neto

Última saída..... 29

Ana Perpétuo

“Dare to Care” 48

Ângela Marques

Muros da Vergonha/Fences of Shame 54

Cristiana Antunes

Abusos de poder e quotidiano nos campos de refugiados/as 58

Rita Santos

Reflexão Pessoal 62

Pedro Costa Marques

Drama dos/as refugiados/as na Europa. Acordo entre a União Europeia e a Turquia 65

Joana Sousa Ribeiro

“O CES vai à Escola” e Refugiados/as: quando o saber ocupa lugar 69

Introdução: o drama dos/as refugiados/as na Europa – estágio “Ciência Viva”

Carlos Nolasco,¹ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
cmsnolasco@ces.uc.pt

Elsa Lechner,² Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
elsalechner@ces.uc.pt

O drama dos/as refugiados/as na Europa tornou-se uma realidade incontornável e premente a partir dos primeiros meses do ano de 2015. Uma sucessão de acontecimentos transportou para o quotidiano europeu a contingência das vidas de milhares de pessoas em fuga, por terra e por mar, em busca de refúgio. Todas fugindo da guerra e da violência nos países de origem, da prepotência dos seus governantes, bem como da fome e da miséria. Esta realidade, pela espessura humana que comporta, passou a ser designada por “crise dos refugiados”, mas rapidamente se revelou uma crise das instituições europeias, designadamente quanto à sua incapacidade e incoerência para resolverem, política e humanitariamente, a situação.

Os factos que estão na origem destas fugas sucedem-se em permanência. Os naufrágios no Mediterrâneo multiplicam-se e o número de mortes não parece justificar uma alteração das políticas migratórias. A chegada de pessoas não cessa, os campos de refugiados/as proliferam, as vidas destes milhares de refugiados/as (mais de metade são crianças), permanecem em compasso de espera, em suspenso, entre a vertigem da viagem e a procura de asilo.³ A comunicação social, bem como as informações fornecidas por organismos governamentais e não-governamentais dão visibilidade a este drama no mundo inteiro. No entanto, as informações, imagens e discursos veiculados são, na maioria das vezes, contraditórios, enviesados por comprometimentos e interesses que não contribuem para a compreensão crítica das causas e consequências deste fenómeno.

Perante a banalização das informações e alguma distorção dos factos relativos às causas, dinâmicas e consequências da chegada de refugiados/as à Europa, o Centro de Estudos Sociais (CES) avançou com uma iniciativa de intervenção pedagógica nas escolas no âmbito

¹ Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde integra o Núcleo de Estudos sobre Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz. É doutorado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente realiza pós-doutoramento na área das migrações de trabalho desportivo, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. SFRH/BPD/95320/2013).

² Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutorada em antropologia social pela École des Hautes Études en Science Social, Paris. Domínio de investigação em pesquisa biográfica no estudo das migrações, formatos colaborativos de investigação, investigação-ação junto de populações migrantes e refugiados.

³ A este propósito consultar o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados de 2016, *Global trends. Forced displacement in 2015*. Disponível em <http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html>, acedido em abril 2, 2017l.

da atividade de extensão “O CES vai à Escola”. Assim, desde o ano letivo de 2015/16, um grupo de investigadores/as estudiosos/as das Migrações (Carlos Nolasco, Elsa Lechner, Joana Sousa Ribeiro e Olga Solovova), tem vindo a dinamizar sessões dedicadas a este tema em várias escolas do país, sobretudo na Região Centro. Sob o título *A Crise dos Refugiados na Europa e as Mobilidades Transnacionais*, foram já realizadas mais de trinta sessões nas escolas. Este contato com os/as alunos/as do ensino secundário permitiu-nos conhecer as suas inquietações e ideias e o relevante empenhamento dos/as professores/as e escolas na discussão sobre o tema. Uns/umas, assumindo posições a favor, outros/as veementemente contra as dinâmicas em curso, mas todos/as atentos/as ao momento histórico presente.

Em consequência do volume crescente de sessões nas escolas, no âmbito da iniciativa “O CES vai à Escola”, e em função da pertinência do tema em causa, considerou-se que um estágio a oferecer a alunos/as do ensino secundário sobre “o drama dos refugiados”, para além de inevitável, permitiria um trabalho mais completo sobre as múltiplas perspetivas que o fenómeno comporta, implicando os/as estudantes na descoberta das dinâmicas que lhe estão subjacentes. Foram estas razões que determinaram também a apresentação de um programa de estágio no CES intitulado “O Drama dos Refugiados na Europa”.

O estágio foi proposto ao programa Ciência Viva – Ocupação Científica de Jovens nas Férias, da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, em 2016, tendo como instituição de acolhimento o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A proposta assentou num formato de diálogo entre os/as alunos/as e investigadores/as de várias disciplinas das ciências sociais e humanidades, voluntárias no terreno (duas portuguesas em missão na Macedónia e na Grécia), o testemunho de um refugiado em Portugal e de um jurista brasileiro que acompanhou refugiados/as na rota do Mar Egeu. O estágio, que decorreu de 27 de junho a 1 de julho de 2016, contou ainda com a participação de cinco jovens estagiários/as, de 16 e 17 anos de idade, provenientes de escolas da Batalha, Coimbra, Lisboa e Viseu.

A Agência Nacional Ciência Viva, que enquadrou a iniciativa, tem como missão promover a cultura científica na sociedade portuguesa para o exercício pleno da cidadania,⁴ visando, dessa forma, contribuir para a criação de uma sociedade com acesso universal à cultura científica, que estimule os/as cidadãos/ãs a usar as suas competências de crítica, comunicação, ação individual e coletiva para lidar com a complexidade do mundo. A proposta de estágio⁵ foi ao encontro da pretensão ao trabalhar um tema de enorme atualidade e complexidade e que desafia tanto as formas de compreensão do panorama político e vida em sociedade na Europa e no mundo, como a ação de cada indivíduo e instituição em cada um dos países implicados.

⁴ Website do programa Ciência Viva, <http://www.cienciaviva.pt/cienciaviva/agencia.asp> [acedido a 29 de agosto de 2016].

⁵ No leque de ofertas do programa de estágios de ocupação de férias para 2016 da Ciência Viva, o estágio “O Drama dos Refugiados na Europa” foi um dos sete estágios, a nível nacional, no domínio científico da sociologia e um dos 306 estágios de todas as áreas científicas. O CES, enquanto associado da agência Ciência Viva, realiza, desde 2006, estágios de verão destinados a jovens do ensino secundário. Importa referir que a colaboração do CES com a Ciência Viva tem passado pela realização de outras atividades, nomeadamente a dinamização de ações que assinalam a Semana da Ciência, traduzindo-se essa colaboração em resultados muito positivos de divulgação científica, em particular na promoção da investigação desenvolvida pelo Centro junto de públicos jovens, conseguindo simultaneamente o envolvimento alargado da comunidade científica. Desde 2006, ou seja, ao longo de 11 anos, realizaram-se no CES 19 estágios (contemplando já os de 2016), abordando áreas tão diversas como: participação cívica, urbanismo, epistemologia, justiça, sociedade digital, nanotecnologias, protesto, famílias, sexualidade, arte, saúde e economia solidária. Em 2016, o CES foi uma das 84 instituições que apresentaram propostas de estágio, num universo em que 98% das entidades foram da área das Ciências da Vida e da Tecnologia.

Os/as estudantes do ensino secundário que frequentaram o estágio que dá conteúdo a esta publicação puderam compreender, com maior profundidade, o fenómeno social e humano em análise, desenvolvendo uma perspectiva cívica e crítica sobre esta temática.

Com espírito de abertura à alteridade implícita na questão dos/as refugiados/as na Europa, o estágio Ciência Viva foi organizado a partir de sessões teórico-práticas complementares entre si e partilhadas entre os/as vários/as intervenientes.

O enquadramento geral do tema e apresentação de dados históricos e estatísticos; definições conceituais; rotas de passagem dos/as refugiados/as; causas destes movimentos populacionais; decisões políticas de receção, acolhimento e realocização de refugiados/as e a forma como este processo tem sido conduzido em Portugal ficou a cargo de Carlos Nolasco.

Uma roda de representações sobre o tema com os/as estagiários/as e a investigadora Gaia Giuliani foi conduzida por Elsa Lechner, na qual os/as estudantes puderam desconstruir ideias pré-concebidas sobre o que é um/a refugiado/a, conhecer as versões identificadas no grupo sobre esta realidade na Europa e no mundo, enquadrar os movimentos de fuga maciços em causa nos contextos mais vastos da geopolítica atual e reconstruir, em grupo, uma nova compreensão sobre o tema. O trabalho em roda oferece, assim, uma coerência teórico-prática em contextos interculturais ou no tratamento de temas complexos, de que é exemplo o tema em análise. Cada participante pode oferecer uma visão ou experiência ao grupo, sabendo de antemão que existe um contrato oral de respeito mútuo e de aprendizagem conjunta. A dinamizadora gere os tempos de fala de cada participante, relançando perguntas e auscultações que, por sua vez, geram debate. Ao longo da roda, ou oficina, as compreensões do tema em questão dão corpo a um diálogo que aporta, a todos/as e cada um/a dos/as participantes, novas informações, ângulos de visão e experiências sobre o assunto “na mesa”.

Neste contexto, o contributo de Gaia Giuliani foi uma mais-valia, como se pode constatar a partir do seu texto publicado neste volume. Giuliani ofereceu aos/às estagiários/as o seu profundo conhecimento sobre a realidade dos refugiados/as no Mediterrâneo, situando os acontecimentos atuais num quadro mais vasto e retrospectivo da imaginação sobre este mar de fronteira entre a Europa dos antigos impérios coloniais e as ex-colónias exportadoras de migrantes e refugiados/as. A sua leitura semiótica deste espaço real e simbólico permitiu aos/às alunos/as aprofundar a consciência histórica e política sobre as complexas relações pós-coloniais em presença. Aqui, as questões de raça, cultura e religião concorrem para a complexidade do tema, exigindo um alargamento temático combinatório dos vários elementos.

Seguiram-se duas sessões sobre discurso, ideologia e poder. A primeira foi ministrada pela sociolinguista Maria Clara Keating, onde foi analisada a dimensão política da(s) língua(s) e do discurso – dos meios de comunicação, do senso comum, das instituições nacionais e supranacionais com responsabilidades nesta matéria –, recorrendo a alguns exemplos veiculados por jornais de diferentes tendências. A segunda, conduzida por Olga Solovova, também sociolinguista, propôs vários exercícios semióticos de interpretação de imagens, fotografias e notícias sobre os/as refugiados/as, permitindo aos/às estagiários/as perceber as *nuanças* da comunicação mediática e suas consequências na formação das mentalidades e discursos. Com estas duas sessões, os/as estagiários/as puderam desbravar o poder das imagens e das informações na formação de opiniões e, assim, aprofundar a consciência sobre a responsabilidade que cada um/a tem na verificação das notícias, na compreensão das realidades conhecidas à distância, na reprodução ou reinterpretção dos discursos dominantes.

Precisamente porque o drama dos/as refugiados/as é um tema que requer, pela sua complexidade, um conhecimento aproximado, de experiência e contacto que nem todos/as podemos ter, este estágio incluiu no seu programa a participação de duas voluntárias, portuguesas que atuaram em campos de refugiados/as na Macedónia e na Grécia, em 2015/16,

bem como o testemunho de um estudante sírio acolhido em Portugal ao abrigo do programa criado pelo ex-presidente da República Jorge Sampaio e de um jurista brasileiro dos direitos humanos que fez a viagem entre a Turquia e a Alemanha junto de refugiados/as a caminho da Europa. Os testemunhos de Ana Perpétuo, Ângela Marques, Nour Machlah e Edgard Raoul, respetivamente, foram momentos de partilha sobre experiências concretas, vividas em trânsito nas rotas da fuga, nos campos de retenção e de refúgio improvisados nas fronteiras da União Europeia e no país de acolhimento que está a ser Portugal para um número crescente de sírios, sudaneses, afegãos, eritreus, entre outros.

O testemunho destes/as quatro convidados/as foi tão edificante no estágio quanto as sessões mais teóricas e académicas oferecidas pela equipa de investigação implicada. Pareceu-nos fundamental trazer esta dimensão testemunhal para a formação, não só porque as situações limite vividas pelos/as refugiados/as são mais realisticamente observadas e conhecidas por quem está no terreno vivendo os acontecimentos, mas também porque os relatos presenciais são mais suscetíveis de transmitir as contradições e o caráter situado dessas experiências que denunciam os limites de normas comportamentais e morais a acontecer numa Europa dita civilizada. Com efeito, sendo o drama destes/as refugiados/as uma realidade do presente, carregada de desafios culturais e civilizacionais radicais, os saberes de experiência e os testemunhos de quem viveu, e vive, situações concretas de fuga, refúgio ou asilo, ou de ajuda a refugiados/as, constituem uma fonte, por excelência, de informação e de construção de conhecimento sobre esta realidade dos nossos dias.

Nesse sentido, as contribuições de Ângela Marques e de Ana Perpétuo, enquanto voluntárias, permitiram dar a conhecer os cenários e os meandros de dois campos de refugiados/as improvisados na Macedónia e na Grécia, ao mesmo tempo que denunciaram aproveitamentos materiais e simbólicos da vulnerabilidade de quem foge por quem é suposto prestar-lhes auxílio. Com efeito, ambas relataram os abusos e cinismos observados junto de quem se propõe gerir o acolhimento aos/às refugiados/as nos referidos campos. Estes dois relatos desvendaram uma realidade cruel do acolhimento institucionalizado, que perverte a situação de crise e de urgência, manipulando – no fundo e finalmente –, a condição das pessoas em fuga em benefício próprio. Aqui, elementares questões de ética, poder, humanidade, ou falta dela, parecem consubstanciar uma contradição reiterada entre o discurso humanitário, os valores políticos da UE e as relações de abuso, ou desrespeito, da dignidade dos/as que dependem dessa ajuda para sobreviver.

Por sua vez, Nour Machlah relatou na primeira pessoa a experiência de um sírio em Portugal, vindo ao abrigo do programa de acolhimento a estudantes universitários. Este estudante de mestrado em arquitetura na Universidade de Évora, que residia no Porto na altura em que realizámos o estágio, aceitou falar da sua experiência movido pela necessidade que sentiu em incentivar o diálogo intercultural, inter-religioso e o respeito mútuo entre portugueses/as e refugiados/as. Foi sobretudo a questão das significativas diferenças culturais entre portugueses e sírios muçulmanos que preencheram o tempo desta apresentação, justificando-se o orador com as inúmeras e surpreendentes perguntas que lhe têm vindo a ser colocadas na sua vida quotidiana em Portugal. Este relato colocou em evidência a densidade do desafio intercultural implícito no encontro entre quem chega e quem é de cá (ou já cá está), ao mesmo tempo que pôs em relevo a responsabilidade de cada um/a na construção de relações sociais harmoniosas entre pessoas de culturas e religiões muito diferentes.

Nour Machlah sentiu-se na obrigação de explicar alguns dos seus costumes e da sua família/comunidade de pertença, dando a conhecer, ao mesmo tempo, a sensação de agressão que sente quando a sua cultura não é reconhecida ou aceite. Mais do que isso, este testemunho trouxe a personificação de um percurso de resiliência intercultural protagonizado por este sírio. O seu contributo para este estágio foi uma pedra angular no âmbito do objetivo maior de todos juntos – sociedade civil, academia, escolas, etc. – contribuirmos para uma convivência

pacífica e respeitadora das diferenças de cada um/a. Obviamente, este esforço é esperado em igual proporção por todos os lados envolvidos.

Por último, o programa do estágio contou com a participação de Edgard Raoul, um jovem e promissor jurista da cidade de São Paulo que decidiu realizar a experiência radical de viajar com refugiados/as, “como se fosse um deles”, para tentar ajudar, mais concretamente na perspetiva da defesa dos direitos humanos. O seu contributo foi extremamente rico, tanto do ponto de vista das informações veiculadas pelos seus relatos/testemunho, fotografias e vídeos, como no que diz respeito aos ingredientes de reflexão que trouxe sobre as ações concretas a desenvolver na defesa de uma ética da dignidade e de adequação das práticas ao Direito vigente.

O seu testemunho revela a “vida nua” destes homens, mulheres e crianças reduzidos/as a corpos em fuga numa Europa em contradição; edifica uma prova da desumanidade que está a acontecer no seio da UE; legitima solidariedades não institucionalizadas e voluntárias e constrói uma narrativa dramática de (re)conhecimento direto das condições existenciais dos/as refugiados/as. O facto de Edgard Raoul não ser um refugiado como os outros, que efetivamente tiveram de fugir da guerra, da perseguição ou da miséria, não retira qualquer mérito à sua ousadia e experiência limite (ele passou pelas mesmas provas de muitos/as refugiados/as na rota entre a Turquia e a Alemanha enquanto os/as acompanhava), mas constitui antes um saber e uma experiência muito válidos do ponto de vista humano e biopolítico. O enquadramento autobiográfico que faz da sua ida para a rota da fuga, em detrimento do prévio aconchego do trabalho num escritório de advogados, em organismos internacionais, e da família no Brasil, dá razão à sua decisão de partir e dá coerência à sua vocação de justiça. Como o próprio diz: não podia ficar sossegado com a discrepância entre as suas preocupações profundas e o desabar do respeito pelos direitos humanos e pela dignidade de tantos e tantas refugiados/as na Europa.

Todos os contributos reunidos nesta publicação foram mobilizados pelo objetivo comum de contribuímos para um enriquecimento da reflexão, debate e ação cívica no domínio deste drama político, social e humanitário que nos desafia a todos/as. Pensamos em particular nas camadas etárias mais jovens, que estão a formar as suas consciências sobre os cenários mundiais e a nossa sociedade, também ela fustigada pelas tendências globais de um sistema económico-financeiro mundial que tende a tratar as pessoas, e sua força de trabalho, como meras mercadorias.

Não é, por isso, possível compreender realisticamente o drama dos/as refugiados/as na Europa sem este enquadramento mais global e histórico das relações entre países e povos diferentes. Assim como também não o é, se ignorarmos as versões das pessoas que vivem na pele as consequências do “sistema”. Por essa razão, se tenta aqui abordar a questão num jogo articulado de escalas (macro, meso, micro), no qual o valor heurístico dos testemunhos se encaixa e dá coerência aos desenvolvimentos teóricos e epistemológicos atuais necessários à concretização das boas intenções. O drama dos/as refugiados/as apresenta um imperativo ético que obriga diferentes disciplinas, diferentes culturas e diferentes religiões a desenvolverem um diálogo respeitoso e profícuo em prol do bem comum.

A estrutura deste volume acompanha, assim, a descrição e a ordem apresentadas anteriormente, designadamente daqueles que aceitaram o desafio desta publicação. Inicia-se com dois textos de enquadramento teórico sobre o tema, seguem-se os vários testemunhos escritos de quem privou de perto com a realidade dos/as refugiados/as. Esta publicação dá ainda voz às reflexões dos/as estagiários/ que aceitaram o repto de deixar por escrito as suas opiniões pessoais sobre o tema debatido no estágio a partir dos trabalhos que realizaram no âmbito desta atividade. O volume compreende ainda um texto de reflexão sobre o tema dos/as refugiados/as no âmbito da atividade “O CES vai à Escola”, de onde partiu a ideia de organizar o estágio.

Este volume combina textos de caráter muito diverso, reunidos com o intuito de contribuir para uma reflexão mais vasta sobre um tema complexo, especialmente junto de jovens estudantes do ensino secundário, assim como de todos/as aqueles/as que se queiram debruçar sobre o tema.

Esta publicação não teria sido possível sem a colaboração de vários intervenientes. Queremos agradecer, antes de mais, a Cláudia Pato de Carvalho e Tiago Pires Marques, coordenador/a no CES dos Estágios Ciência Viva, que proporcionaram as condições para concretização da nossa proposta. Agradecemos aos/às alunos e alunas que vieram até nós para uma semana intensa de trabalho: Cristiana Antunes; Denys Radovych Bezhan; Pedro Costa Marques; Rita Sofia Figueira Santos; Samuel José Moreira Martins. Todos/as participaram empenhadamente nas atividades propostas, tendo alguns contribuído para este volume. A Gaia Giuliani, Maria Clara Keating, Olga Solovova, Ana Perpétuo, Ângela Marques, Nour Machlah e Edgar Raoul Neto agradecemos a disponibilidade e riqueza das suas contribuições nas sessões que dinamizaram e nos textos que escreveram. À Joana Sousa Ribero pelo seu texto sobre as sessões do *CES vai à Escola*. À Ana Raquel Matos pelo minucioso trabalho de revisão deste volume.

The Mediterranean of the refugees: For a reading of colonial implications in spatial imagination

Gaia Giuliani,¹ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
giuliani.gaia@gmail.com

Abstract: In my paper I am interested in both a semiotic analysis that captures the contemporary discourse on the Mediterranean and a study that connects it to the analysis of the meanings attached to the transit and presence of migrants and refugees in Europe and the Mediterranean, and to the historical reasons, power relations, colonial archives and memories that constitute what Sandro Mezzadra calls the “postcolonial condition” (Mezzadra, 2008). I title it *the Mediterranean of the refugees* with the purpose of stressing the multilayered semantic structure of the imaginary related to the refugee in/and the Mediterranean, as the result of a complex (and problematic) overlappings of meanings, figures, practices, and texts, sedimented through history and providing the material for specific discourses on the Mediterranean, Europe and its s/he Other(s). Semiotics, history, cultural studies, feminist and postcolonial perspectives and critical race studies help me to redefine the Mediterranean in a symbolic frame reproducing those meanings, figures, practices that convey memories and violence, protest, resistance and conflict.

Keywords: Mediterranean, refugees, cultural studies.

Introduction

In my paper I am interested in both a semiotic analysis that captures the contemporary discourse on the Mediterranean and a study that connects it to the analysis of the meanings attached to the transit and presence of migrants and refugees in Europe and the Mediterranean, and to the historical reasons, power relations, colonial archives and memories that constitute what Sandro Mezzadra calls the “postcolonial condition” (Mezzadra, 2008). I title it *the Mediterranean of the refugees* with the purpose of stressing the multilayered semantic structure of the imaginary related to the refugee in/and the Mediterranean, as the result of a complex (and problematic) overlapping of meanings, figures, practices, and texts,

¹ Gaia Giuliani (PhD: University of Torino, IT 2005; Postdocs: University of Bologna, IT 2009; University of Technology Sydney, NSW 2010) is FCT postdoctoral researcher at the Centre for Social Studies (CES), University of Coimbra (PT) (2015-2021) and founding member of InteRGRace – Interdisciplinary Research Group on Race and Racisms (University of Padova, IT). Her research interests focus on visual constructions of race and whiteness from an intersectional viewpoint in British and Italian nation-building processes and colonial experiences, the US, the Pacific, and postcolonial Europe. Her methodology crosses Critical race and whiteness studies, Postcolonial Theory, Cultural and Gender studies and uses a number of texts (written and visual; political, literary, and scientific).

sedimented through history and providing the material for specific discourses on the Mediterranean, Europe and its s/he Other(s). Semiotics, history, cultural studies, feminist and postcolonial perspectives and critical race studies help me to redefine the Mediterranean in a symbolic frame reproducing those meanings, figures, practices that convey memories and violence, protest, resistance and conflict.

Today the sea is no longer a space regulated solely by international law and State jurisdiction, but a space of governmentality. By space of governmentality I mean a space defined by the collaboration of a number of institutional and non-institutional actors (governance) in the management and biopolitical control over global and transnational trajectories of people, products, and capital's mobility. I interpret it here as invested in a specific exercise of power that reaffirms the symbolic and discretionary nature of its modern borders and of the border in general. Borders are deconstructed and reorganized across spaces according to the unceasing re-articulation of international power relations, national sovereignties, market technologies and systems of measurement and control of people's mobility on a global scale (Appadurai, 1996; Sassen, 2007; Mezzadra and Neilson, 2013: ch. 6).

A conception of the sea in terms of a border, or rather as a set of (often de-territorialized) borders that cut across lands, waters, and continents, is grounded on the acknowledgement that borders, in the Mediterranean like anywhere else, no longer exist only "at the edge of territory, marking the point where it ends" but "have been transported into the middle of political space" (Balibar, 2004: 109). "This is particularly apparent today in Europe: proliferation, mobility, and deep metamorphosis of borders are key features of actually existing processes of globalization" (Mezzadra, 2016; see also Mezzadra and Neilson, 2013 and Amoore, 2006).

From a semiotic point of view, the symbolic nature of the border, which cuts across the global political space, reveals the Mediterranean as a "stage" where boundaries are repeatedly performed. For the same nature of the symbolic construction is unstable and needs to be constantly reconfirmed, it reveals also the reading of the supposed 'crisis' associated to the recent high mobility of migrants and refugees across the Mediterranean as concealing the fact that 'border-crossing *bodies*' contest while reconfirming those same boundaries. In fact, those bodies both disrupt bordered geographies and are the cause and the effect of the construction of new ones. Borders as symbolic objects don't disappear even when migrants and refugees' subjectivity challenge them: they get modified, rearticulated in shifting discourses, subsumed and transformed in other objects. Here I am expanding on the idea formulated by Paolo Cuttitta (2014), who understands Lampedusa to be a "proscenium." I venture to widen this stage to the entire Mediterranean, and to see it as a 'gate'. The Mediterranean has been, in fact, the gate through which a number of symbolic and material postcolonial effects must pass: the bodies of migrants – the *risky bodies* and *bodies at risk* identified by Daniele Salerno (2016) on the basis of his critical analysis of the security systems made operational or enhanced within the "frame" of the War on Terror (Amoore and de Goede, 2008) – as well as the memories of the colonial and post-colonial violence (Giuliani 2016b and 2016c). As a stage, it is a signifier that is immersed into a 'sea of meanings' that become "solid" – organized – according to the discourse that it sets up and that shapes it. As a "gate" it is configured as a constant carrier of borders' counter-representations.

The construction of the Mediterranean as the space of bordered mobility – *the Mediterranean of the refugees* – together with the implications in terms of meanings, texts, practices, memories from the past and from the present (hidden and reconquered) are the thematic nodes of my contribution, which aims to reconnect the *Mediterranean of the refugees* to a geography that puts at the center the Mediterranean as a semiotic space. Here the sea plays a symbolic role straddling past and present, taking up space between new

governmental regimes and old forms of domination, between neocolonial devices and migrants and refugees' contestation, resistance and subjectivity.

Colonial memories, figures of race and actual crises

The Mediterranean sea is a “semantic potential” (Violi, 2015), a frame in which memories are spatialized: “a space that speaks of our social reality but also, and perhaps in the first place, of what have been the transformations that our reality has undergone, and of the values that in that same space have been inscribed. That space then speaks of our memory, while producing, rewriting, interpreting, and sometimes deleting it” (Violi, 2014: 21).

My argument is grounded in the notion of the postcolonial archive (Stoler, 2002) as a set of entropic colonial texts, constantly reinterpreted, transfigured, dissimulated, concealed and even denied but never fully disappeared. These texts constitute – even in their absence – the lens through which we look at/to the world. Consequently, I interpret the sea as an archive of memories: I read it as a place that connects texts and perspectives allegedly consistent and linear yet extremely confrontational, in a time when the Mediterranean shows very clearly its own postcolonial tensions.

To enable the Mediterranean to perform its endowed function, that being the containment and performance of the material devices that regulate national and international mobility between and from the former colonial areas towards Europe, it is necessary to also construct it as the place in which a number of symbolic devices operate in order to regulate the resurgence of colonial memories. In the space of the Mediterranean those memories *become discourse*, a containing discourse, designed to cover up and hide both the postcolonial symbolic archive and the material reasons for both migration and asylum-seeking. Nowadays, such a discourse reactivates the colonial archive of the *monstrous* (Giuliani, 2016a and 2016b) and/or the *victim* (the poor brown woman who escapes brown men domestic and political violence). The first is constructed in Colonial Modernity as the abject (Kristeva, 1980), the second as the target of the violence of the uncivilised (Spivak, 1988). These figures, that apparently deny the role and identity of the Western colonizer, in reality reaffirm and strengthens them, placing them back at the center of geopolitical power relations as well as at the core of epistemology and knowledge production.

The discourse on migration and asylum-seeking reactivates the *figures of race*, which I define as images that sediment transnationally over time and that crystallize some of the meanings assigned to bodies, which are gendered and racialized in colonial and postcolonial contexts. They include that of the black man depicted as physically strong with lower mental capacities, and sexually dangerous; that of the Eastern European man as barbaric and violent; that of the Asian man as a natural-born scam and maker of illegal and immoral business, that of the Arabic must-be-unveiled submissive woman; that of the Muslim man as fanatic and treacherous; and that of the black woman as a reassuring de-sexualized Mammy or a threatening hyper-sexualized Jezebel; but also the figure of the racialized child and his/her mother as defenseless and deprived of any agency, resilience and subjectivity.

These "figures" recombine in a series of discourses that, on one hand, legitimize the colonial past (and its regulatory violence) and, on the other hand, help dissolve the existing ties between that past and our postcolonial present (inhabited by the subjective choices of migrants and asylum seekers). These discourses function as a legitimizing practice for those

specific (and ever-changing) color lines² that contextually shape the biopolitical apparatus' (legislative, political, social and cultural) of inclusion, exclusion and differential inclusion of people who both are entering the 'gates' of Europe and already did. During a time of the so-called refugee emergency, these discourses are tailored to the figure of the threatening Muslim subject (male) and (some) victimized women and children who flee the Middle East as refugees. Those figures are based on texts and images constructed since the Crusades and the Reconquista, strengthened further by the Enlightenment and Positivism, by ideas of the indomitability and fanaticism of the "Semitic race". An analysis of those images is fundamental in order to investigate the symbolic material used in current discourses on borders and bodies.

In particular, those images are often to signify the idea that the Middle-Eastern (the Syrian refugee, read as Muslim in the common discourse on 'the crisis') is and remains an outsider, an enemy instead, the hidden amongst 'Us', who resurges as such in specific historical moments. This specific rearticulation of the colonial archive and the figure of the 'Arabic' casts some light on the connection made between refugees' crisis, terrorist attack, the 'scourge' of brown men's sexual assaults against women (Colone, New Year's Eve 2015), and the 'unbearable view' of the 'offensive' oppression of veiled women in France and elsewhere (August 2016). This connection thus reveals the mutual implications of coeval political phenomena on a global scale and, consequently, the impossibility to sever concomitant effects and the people's response to structural inequalities – they experience in the countries from where they emigrate, together with discriminations and limited possibility of personal fulfilment, insecurity and repeated violence, war and destruction.

Moreover, this connection reveals the persistence of a colonial archive of meanings and practices that connects past, present and future. According to this connection, the refugees' emergence emerges as the effect of a *longue durée* phenomenon that finds its roots in colonial and post-colonial national and international settings. The consequential deconstruction of the same idea of the emergence has important consequences in an understanding of the context we inhabit – *the Mediterranean of the refugees* -, of the perspective through which it is commonly seen and analyzed, of the sinews of power that compel a viewpoint on the current situation and that reposition postcolonial (white, privileged) Europe always at the center of the scene.

Draining and refilling the Mediterranean

In order to satisfy the regulatory function assigned to the Mediterranean, the selective reactivation of the colonial archive must be determined by the double practice of the emptying and filling of its semantic space: it has to be filled with omens of disaster (the "death" of the supposed "Us" as conveyed by refugees, migrants and terrorists invading its space) and therefore by practices of bio- and *necropolitics* (Mbembe, 2003) (left to die in the Mediterranean and/or made to die by hands of the Libyan or Turkish armies). At the same time, it is emptied of its history, reduced to a non-place – a fault line that connects worlds discursively created as distant, and conversely structurally connected by the effects of North-South of the Mediterranean's unequal relations. The emptying of the Mediterranean has much

² Here I transpose in postcolonial contexts the concept of "the colour line" articulated in 1902 by William E.B. Du Bois (1989) in order to describe the proliferation of figures of race through the colonial, imperial and post-colonial borders.

to do with the practice of hiding the multiple encounters between its many shores. The multivocality within and along the borders of Europe which resulted not only in terms of the constellation of religions inhabiting Europe, but also in terms of the specific relation the different cultural, religious, as well as political minorities built with the early modern state (1700s) and then its nation-state (1900s), has been and still is long denied (Dainotto, 2007). This denial has generally been functional to the construction of a mythological narrative of Europe as a result of a natural-like and historically linear process, and consequently as grounded in “the same civilization.”

The practice of emptying the Mediterranean found a further stage in the decades following anti-colonial wars and independences: the future of those liberated countries won't have anything to do with the legacies of colonialism and former colonial metropolises won't have any responsibility. Nowadays this practice is made effective with the purpose of transforming the Mediterranean into a space that could be legitimately occupied by the strategic rationality of control and of management's devices that transform migrant and refugees into *working bodies*: these bodies produce money *on the border* (within the security/humanitarian industry; Garelli e Tazzioli, 2016), and become highly exploited labor force *within the European borders* (for the Italian case, see Dines and Rigo, 2015). As Dines and Rigo maintain, an increasing refugeeization of migrants, then, serves the concealing of the functioning of the border regime (and of the billions invested in security and migration management) as provider of (and as an investment in the reproduction of) cheap labor force. In the meanwhile, in constantly redrawing the line between *who deserves* international protection as refugee and *who does not*, the regime that governs the crisis migratizes the asylum seekers. The ones (like Afghani, Pakistani and Iranian youth reaching Lesbos or Idoumeni, East-, North- and Sub-Saharan Africans reaching Lampedusa or Gibraltar) the regime itself does not acknowledge as deserving asylum were on the Turkish/Greek frontier immediately rejected and repatriated, for the conditions of individual and collective insecurity, death and disaster they are fleeing are not recorded and classified as such by Europe, the West and their border agencies' intelligences. Later the new European approach to refugees turned to total rejection and confinement in camps of the whole refugee's community: the new strategic plan has been implemented since then thanks to the EU-Turkish agreement signed in March 2016. In deciding who deserves rescue, help and support, and who does not, European border regime draws the lines that partition the Mediterranean land and water, their stable as well as their transiting population, according to a specific set of (racialized) epistemologies.

The crisis – in its real meaning and functioning – is generated by the overflow of direct and indirect effects of colonial and post-colonial violence: the social and symbolic pressure exerted by migrants, whose subjectivity take place precisely in reclaiming their own right of mobility (De Genova *et al.*, 2014: 29-20), subverts the geography imposed by Europe as well as by the official national narratives enforced by regimes and majority parties in the countries of emigration. It draws counter-maps that make the Mediterranean into an “open,” or unstable, space (Ivi, 12 in De Genova, Mezzadra, and Pickles 2014).

The subversion of institutional narratives of the many diasporas, fostering ideas of both monstrosity and victimhood of migrants/refugees, stability and instability of borders is operated by migrants and refugees' micro-narratives that are the engine itself of their mobility and search of better conditions. These narratives challenge the institutionalized ‘collective’ memory that Homi Bhabha describes as the convergence of “nation and narration” (1990) and Chakrabarty (2000) as a *History* contrasted by irreducible subaltern stories.

In becoming the stage where borders imposed by the governance and management of global mobility are continuously performed, the Mediterranean also becomes the stage where the constellation of memories/conflicting diasporic and nomadic identities are constantly

revivified and recombined in a multiplicity of decolonizing projects. In other words, the Mediterranean becomes the space of practices having to do with the emergence of projects and bodies of resistance.

Decolonial practices and narratives

In Italy, the emergence of the micro-narratives of experiences and memories has been recently thematized by a few important visual documents. These include *Mediterranea*, directed by Jonas Carpignano (2015) on the migrants' riot in Rosarno in 2010, *Fuocoammare* by Gianfranco Rosi (2016) on the landings in Lampedusa, and *Mare Chiuso* by Andrea Segre and Stefano Liberti (2015) on the transit of migrants in Libya under the agreement between former Prime Minister Berlusconi and Colonel Gaddafi. These works correspond to a specific *docufiction engagé* whose explicit positioning within the 'migrant Mediterranean' finds its first example in *Come un uomo sulla terra* by Andrea Segre, Dagmawi Yimer and Riccardo Biadene (2008), which engages with the transit of both men and women migrating from Ethiopia, Eritrea, and Somalia through Sudan and Libya, and a further important example in the more recent documentary *Oltre il mare* directed by Yimer together with Fabrizio Barraco, Giulio Cederna (2010), on the personal migration experience of the same director, who crossed the Mediterranean from Lybia and landed in Lampedusa in 2006.

In these products, the biographical narration of a collective dramatic phenomenon – originated by aspirations, wishes, hopes, and a subjective "right to escape" (Mezzadra, 2006) – becomes, as a postmodern transposition of the Atlantic *Middle Passage* (Gatta and Muzzopappa, 2012), a place of 'identification' through a shared experience – in the words of Paul Gilroy (2003) – of contestation, resistance, and subversion.

These practices of decolonization contribute to a comprehensive pan-Mediterranean, transnational, intra-European mapping of micro-narrative of resistance. This mapping has recently been at the core of an important volume by Renate Siebert (2012) focused on the eccentric trajectories of the Algerian liberation, read along the two key-figures of the Algerian feminist artist and filmmaker Assia Djebar and the Martinican intellectual and activist Frantz Fanon. The lived experience of memory and mourning in Algeria as well as in France are at the core of the analysis, which pays particular attention to the season of murders and massacres that characterized the Nineties, when the hegemonic purpose of the Islamic Salvation Front (FIS) implied the slaughter of civilians, activists and intellectuals amongst Siebert's friends.

In investigating, through their own experiences and reflections on (post)colonial conditions, racism, sexism, social and geographical structural inequalities, and the responsibilities of postcolonial governance and governments in the making of violence and repression that produce the *crisis*, migrants and refugees' voices un-silence the voices of the subaltern: women and men whose micro-narrative of resistance are constantly denied of public recognition.

The Mediterranean and the regained subjective memories of border-crossing bodies

The body is the 'object' signified by both the border regime (Hess and Kasperek, 2010) and migrants' subjective re-semanticization; it is the signifier through which the practice of symbolic decolonization reveals the power of signification of the border regime itself.

As a visual text that encapsulates both border's transgression and border regime's reorganization, the body has been thematized by the French-Algerian artist Zined Sedira in

some works (*Floating Coffins*, 2009; *Decline of a Journey I and II*, 2009 and 2010; *Lighthouse in the Sea of Time*, 2011) that connect space, colonial memory, body, and migration and that have been explored by Gabriele Proglia (2014) through the lens of the concept of *space invader* articulated by Nirmal Puwar (2004). The body is also central in the analysis of some Serbian artists, an analysis of which is provided in the collective volume edited by Sandra Ponzanesi and Gianmaria Colpani, *Postcolonial Transitions in Europe* (2015). Representations of the figure of the “Yugoslavian woman” after-1994 are here taken into consideration in order to unravel the constructions of a ‘superior’ European identity faced with its ‘backward’ internal Other. Milica Trakilović’s (2015) essay investigates the ongoing (colonial) discourse, which describes the Balkanic Peninsula as a barbaric place, violent and conflictual ‘by nature’ due to the indomitable hyper-masculinity of its population which transforms men into beasts and women into masculinized objects.

The body as a place of re-semantization of the subversive and tragic experience of migration is also central in the art works *Infìn che ‘l mar fu sopra noi richiuso* (2012) by the Albanian artists Arta Ngucaj and Arben Beqiraj, on the sinking of the boat *Katër I Rades* (rammed by a corvette of the Italian navy offshore Puglia in 1997), and *Asmat-nomi* (2014) by Dagmawi Yimer, which narrates the sea tragedy occurred on the 3rd of October 2013 offshore Lampedusa (where almost 400 people mostly of Ethiopian and Eritrean nationality drowned) (see Salerno, 2015). They represent a contrapuntal response to the Western hegemonic discourse around migration to Europe, able to bridge past and present, Europe, the Mediterranean, and Africa. Their goal is to re-subjectivize the experience of migration, giving back a face (Ngucaj and Beqiraj) and a name (Yimer) to the people who were involved in the drowning. This operation is meant to remove the experience from the official de-responsibilized and impersonal enumeration of dead bodies, and return to the protagonists and their beloved the “right to mourn” (Butler, 2009). Such practices are in fact narrative and aesthetic forms of decolonization. The subjective experience of the body in transit between Albania and Italy has also been recently thematized by the important *La nave dolce* by Daniele Vicari (2009), a documentary that focuses on lived testimonials of some of the protagonists of the shipping from Durazzo and landing in Bari of the Albanian merchant ship *Vlora’s* in August 1991. In this text the voices address the subjective memories of the events, shaped by the hopes, aspirations, and traumas of the Adriatic *Middle Passage*.

The body in transit through Africa, the Mediterranean and Italy is at the core of the documentary *Asmarina* (2014) edited by Medhin Paolos and Alan Maglio, on the complex rearticulation of the Italian-Eritrean identity in a ‘postcolonial condition’ that sees the tension between, on the one hand, a Duboizian ‘double presence’ of Eritrean migrants and Italians of Eritrean origins in Milan, and, on the other, the memories of the colonial relation between African Horn and Italy. This experience can be read alongside the Moroccan migration to France and Belgium at the core of the essay by Laura Odasso in this volume, with the migration of Eritrean care-givers in 1970s Italy investigated by Sabrina Marchetti (2014), and with the historical enquiry provided by Valeria Deplano on Somali students and young Eritreans, Ethiopians and Libyans’ migration to Italy between the Fifties and Seventies (2014 and 2016).

In conclusion, what I proposed here is a reading of the Mediterranean as an “unstable space” constantly resignified by both border control devices and processes of subjectivation inscribed in the migratory/asylum seeking experience by both the reorganization of (neo)colonial power relations by postcolonial hegemonic institutions and discourses, and migrants and asylum seekers’ micro-narratives and strategies of contrast and resistance against those same discourses and institutions.

A conception of the Mediterranean as a “cultural object” (Violi, 2011: 17) which is all but ‘natural’, being itself a social construction (Appadurai, 1996), and, consequently,

inherently instable *in itself*, has two important consequences. First of all, it reinforces – in line with semiotics – the idea that the sign-Mediterranean is necessarily unstable, being constantly re-signified, reinterpreted and rearticulated. Secondly, and more importantly, it testifies to the re-signifying power of the subversive actions, aspirations, forms of protest and resistance, of those who move across the transnational "political space" referred to by Balibar. This reading not only valorizes the ongoing practices of decolonization and emphasize their transformative capacity – in line with the essays collected in the present volume – but also addresses the issue of decolonizing knowledge. The Mediterranean is an exceeding space (Proglío, 2016). In fact, it is a space that is constantly emptied out and re-filled with rhetoric and meaning that re-colonizes its physical and symbolic dimensions; the Mediterranean becomes a semantic excess that generates "crisis." Decolonizing knowledge about/of the Mediterranean means to acknowledge and foster this crisis, to break the homogeneity of its hegemonic narrative, dislocate the view from the hegemonic position, identify the devices that reproduce the epistemic power relations, and place the production of knowledge along those symbolic and spatial axes that enhance multivocality, resistance, and conflict.

References

- Amoore, Louise (2006), "Biometric Borders: Governing Mobilities in the War on Terror", *Political Geography*, 25, 336–51.
- Amoore, Louise; Marieke De Goede (eds.) (2008), *Introduction*, in Eads, Amoore; de Goede, Marieke (eds.), *Risk and the War on Terror*. New York: Routledge, 5-19.
- Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Balibar, Étienne (2004), *We, The People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship*. Princeton, NJ – Oxford: Princeton University Press.
- Bhabha, Homi (1990), *Nation and Narration*. New York: Routledge.
- Butler, Judith (2009), *Frames of War: When Is Life Grievable?* New York: Verso.
- Chakrabarty, Dipesh (2000), *Provincialising Europe*, Princeton: Princeton University Press.
- Cuttitta, Paolo (2014), "'Borderizing' the Island Setting and Narratives of the Lampedusa 'Border Play'". *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 13(2), 196-219. doi: 10.1007/s12134-014-0410-0.
- Dainotto, Roberto (2007), *Europe (in Theory)*. Durham: Duke University Press.
- De Genova, Nicholas; Mezzadra, Sandro; Pickles, John (eds.) (2014), "New Keywords: Migration and Border", *Cultural studies*, 29(1), 55-87.
- Deplano, Valeria (2014), "L'impero colpisce ancora? Gli studenti somali nell'Italia del dopoguerra", in Depano, Valeria; Pes, Alessandro (eds), *Quel che resta dell'impero*. Reggio Emilia: Mimesis, 331-350.

Deplano, Valeria (2016), *La madrepatria è una terra straniera. Libici, eritrei e somali nell'Italia del dopoguerra (1945-60)*. Firenze-Milano: Le Monnier-Mondadori education, forthcoming.

Dines, Nick; Rigo, Enrica (2015), Postcolonial Citizenships and the “Refugeeization” of the Workforce: Migrant Agricultural Labor in the Italian Mezzogiorno”. In *Postcolonial Transitions in Europe: Contexts, Practices and Politics*. Lanham, MD: Rowman and International.

Du Bois, William E.B. (1989), *The Souls of Black Folk*. New York: Bantam.

Garelli, Glenda; Tazzioli, Martina (2016), “Warfare on the Logistics of Migrants Movements: EU and Nato Military Operations in the Mediterranean”, *Open Democracy* (June 16), available at <https://www.opendemocracy.net/mediterranean-journeys-inhope/glenda-garelli-martina-tazzioli/warfare-on-logistics-of-migrant-movem>.

Gatta, Gianni; Muzzopappa, Giusi (2012), “‘Middle passages,’ musealizzazione e soggettività a Bristol e Lampedusa”, *Estetica. Studi e ricerche*, 1, 167-181.

Gilroy, Paul (1993), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso.

Giuliani, Gaia (2016a), *Zombie, alieni e mutanti. Le paure dall'11 settembre a oggi*. Firenze-Milano: Le Monnier/Mondadori Education.

Giuliani, Gaia (2016b), “The colour(s) of Lampedusa”, in Proglione, Gabriele; Laura Odasso (eds), *Fortress Europe, Border Lampedusa. Migrations across the Mediterranean sea in cultural and comparative perspective*. London: Palgrave, forthcoming.

Giuliani, Gaia (2016c), “Monstrosity, Abjection and Europe in the War on Terror”, *Capitalism Nature Socialism*, 1-19.

Hess, Sabine; Kasperek, Bernd (eds.) (2010), *Grenzregime: Diskurse, Praktiken, Institutionen in Europa*. Berlin: Assoziation A.

Kristeva, Julia (1980), *Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection*. Paris: Édition du Seuil.

Marchetti, Sabrina (2014), *Black Girls. Migrant Domestic Workers and Colonial Legacies*. Boston: Brill.

Mbembe, Achille (2003), “Necropolitics”. *Public Culture*, 15 (1), 11-40.

Mezzadra, Sandro (2006), *Diritto di Fuga. Migrazioni, Cittadinanza, Globalizzazione*. Verona: Ombre Corte.

Mezzadra, Sandro (2008), *La condizione postcoloniale: storia e politica nel presente globale*. Verona: Ombre Corte.

Mezzadra, Sandro (2016), “Borders and Migration. Emerging Challenges for Migration Research and Politics in Europe.” Berlin lecture at Berliner Institut für empirische Integrations- und Migrationsforschung, Humboldt Universität. 23 June. Available at <http://www.euronomade.info/?p=7535>.

Mezzadra, Sandro; Neilson, Brett (2013), *Border as Methods or The Multiplication of Labor*. Durham: Duke University Press.

Ponzanesi, Sandra; Colpani, Gianmaria (2015) *Postcolonial Transitions in Europe*. London: Rowman & Littlefield International.

Proglio, Gabriele (2014), “Percorsi e visioni di donne nordafricane. Reale e visuale: quali confini?”, in Passerini, Luisa; Turco, Federica (eds), *Donne per l'Europa*. Torino: Rosenberg & Sellier, 174-188.

Puwar, Nirmal (2004), *Space Invaders: Race, Gender and Bodies Out of Place*. New York: Berg.

Salerno, Daniele (2015), “Stragi del mare e politiche del lutto sul confine mediterraneo”, in Giuliani, Gaia (ed.), *Il colore della nazione*. Firenze-Milano: Le Monnier-Mondadori Education, 123-142.

Salerno, Daniele (2016), “Risky Subjects in Time of Terror: A Semiotic Perspective in the Critical Approaches to Security in Europe”, *Versus*, 123 (December), forthcoming.

Sassen, Saskia (2007), *A Sociology of Globalization*. New York: W. W. Norton.

Siebert, Renate (2012), *Voci e silenzi postcoloniali Frantz Fanon, Assia Djebar e noi*. Roma: Carocci.

Spivak, Gayatri C. (1988), “Can the Subaltern Speak?.”, in Grossberg, Lawrence; Nelson, Cary (eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 271–313.

Stoler, Ann Laura (2002), “Colonial Archives and the Arts of Governance”, *Archival Science* 2, 87–109.

Trakilovic, Milica (2015), ““The other within: challenging borders from the European periphery”, in Ponzanesi, Sandra; Colpani, Gianmaria (eds.), *Postcolonial Transitions in Europe. Contexts, Practices and Politics*. London: Rowman and Littlefield, 209-228.

Violi, Patrizia (2011), “Introduzione”, in Violi, Patrizia; Lorusso, Anna Maria (eds.), *Effetto Med. Immagini, discorsi, luoghi*. Bologna: Fausto Lupetti, 7-39.

Violi, Patrizia (2014). *Paesaggi della memoria. Il trauma, lo spazio, la storia*. Milano: Bompiani.

Violi, Patrizia (2015), “Global and local: Encyclopedic meaning revisited”, *Semiotica* 206: 89–108.

Films/Documentaries/art works

Andrea Segre e Stefano Liberti (2015). *Mare Chiuso*.

Andrea Segre, Dagmawi Yimer e Riccardo Biadene (2008). *Come un uomo sulla terra*.

Arta Ngucaj e Arben Beqiraj (2012). *Infin che 'l mar fu sopra noi richiuso*.

Dagmawi Yimer (2014). *Asmat-nomi*

Dagmawi Yimer, Fabrizio Barraco, Giulio Cederna (2010). *Oltre il mare.*

Daniele Vicari (2009). *La nave dolce.*

Gianfranco Rosi (2016). *Fuocoammare.*

Jonas Carpignano (2015). *Mediterranea.*

Medhin Paolos e Alan Maglio (2014). *Asmarina.*

Zined Sedira (2009 and 2010). *Decline of a Journey I and II.*

Zined Sedira (2009). *Floating Coffins.*

Zined Sedira (2011). *Lighthouse in the Sea of Time.*

Ideologias em marcha: fotografias a documentar a viagem de refugiados/as

Olga Solovova,¹ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
olga@ces.uc.pt

Resumo: Neste ensaio pretende-se analisar o uso da linguagem visual na fotografia, bem como a sua interação com as legendas e os títulos de notícias sobre a crise de refugiados/as, tal como foi retratada pelos meios de comunicação social em Portugal e na Rússia. Entre os vários tipos de fotografia, a documental – utilizada nas ciências sociais e humanas – é muitas vezes considerada como um mero registo da realidade. No entanto, em conjunto com o texto, a imagem fotográfica colabora na construção de determinadas visões sobre as populações refugiadas e sobre as medidas políticas mais adequadas em relação a estas populações. O seu potencial interpretativo modifica-se com o tempo inserindo-se no contexto cultural das sociedades, sustentado pelas visões predominantes e metáforas familiares naquela sociedade. Ao analisar uma série de notícias publicadas em 2015-2016 na Rússia e em Portugal sobre a viagem de refugiados/as através da Europa, faz-se uma tentativa de identificar as principais tendências simbólicas, bem como as ausências significativas nessa narrativa visual.

Palavras-chave: modos de representação, linguagem visual, refugiados/as e migração forçada, manipulação.

Introdução

Ao considerar o uso da fotografia nas ciências sociais, os famosos sociólogos americanos John Collier e Howard Becker caracterizaram-na como fonte que oferece “registos precisos da realidade material” (Collier, 1967: 5), retratando “a vida, real de carne e osso” (Becker, 2002: 11). Olhando para a fotografia como *um* modo de representação – dos atores, dos contrastes e dos conflitos sociais – *entre outros*, bem como para a sua ligação com o modo textual, pretende-se neste ensaio ver como as configurações desses modos de representação são utilizadas pelos meios de comunicação social de forma a apresentar visões particulares sobre a dita ‘crise de refugiados’. As fotografias dos grupos de refugiados/as aqui consideradas foram publicadas pelos meios de comunicação social na Rússia e em Portugal entre junho de 2015 e junho de 2016 – período ao longo do qual as notícias dos naufrágios de barcos carregados de pessoas a fugirem das guerras tornaram-se uma presença constante e uma

¹ Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde integra o Núcleo Núcleo de Estudos sobre Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz. É doutorada em Línguas e Literaturas Modernas (especialidade de Sociolinguística), pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se nas paisagens linguísticas e semiótica social.

realidade incontornável. A resposta da União Europeia tem-se apresentado com fraturas e falta de unidade na solidariedade entre os Estados-Membros. No entanto, não podendo ignorar as imagens da crise humanitária a acontecer nas suas fronteiras, a Europa foi acolhendo os refugiados/as re-imaginando-se conseqüentemente a si própria numa tentativa de encaixar essas pessoas nos seus imaginários coletivos. Quais são então as metáforas mais recorrentes que encontramos nessas narrativas visuais? Que ideologias lhes estão subjacentes? Que tipo de narrativa sobre a crise de refugiados/as tentam construir? Essas são as questões que orientam este ensaio.

1. Fotografia a documentar a vida social: dimensões de poder

A fotografia começa a documentar a vida desde os anos 30 do século XIX, logo com o surgimento dos primeiros daguerreótipos. Baudelaire (1999), na sua carta “O público moderno e a fotografia”, publicada em 1859, já apontava as principais diferenças funcionais entre as duas artes visuais – pintura e fotografia – colocando a fotografia na mesma categoria da pintura naturalista e atribuindo-lhe o papel de captura do ‘verdadeiro’ em oposição ao ‘belo’. Ao mesmo tempo que trata os fotógrafos do seu tempo com algum desprezo, posicionando-os ao mesmo nível dos “pintores fracassados”, Baudelaire prevê uma massificação da nova arte, por facilitar o acesso às artes visuais pelo povo. Neste sentido, talvez sem se aperceber disso, o autor destaca uma dimensão na qual a fotografia marcará uma grande diferença relativamente à pintura: por basear a sua relação com o público numa forma de consumo e de entretenimento.

Mais de cem anos depois, Susan Sontag (1999: 81) distinguirá as três maneiras através das quais a fotografia, ao entrar nas nossas vidas, representa aquisição e consumo: permitindo, por um lado, “obter” a pessoa ou o objeto desejado; por outro lado, dando a oportunidade, de certo modo, de participar na experiência fotografada e, através da sua massificação, de se tornar parte dos canais de distribuição da informação. Tal relação de consumo cria uma motivação forte por parte de quem produz a fotografia para tentar corresponder às expectativas dos consumidores, abrindo assim o caminho à manipulação do tema, objeto e forma de fotografar. Na era moderna, a dimensão visual concentra em si o poder de dizer as coisas, por se inserir na cultura de “oculocentrismo” (Urry e Crawshaw, 1995), onde a visão e as experiências visuais “desempenham papel crucial na história de imaginação da cultura ocidental” (*Ibidem*: 50).

A conceptualização da fotografia como uma arte que retrata o ‘verdadeiro’ leva à criação de arquivos fotográficos de missões etnográficas, coloniais, militares e de outros dispositivos de memória que se encontram entre as fontes utilizadas por historiadores, sociólogos, antropólogos e demais investigadores/as das ciências sociais e humanidades. No entanto, a interação entre o consumo e o registo/ilustração da verdade, aliada ao poder de autoria, alimenta a proliferação das várias versões da mesma realidade conforme os interesses dos seus autores face à imaginação das expectativas dos seus públicos-alvo. Logo no início, desde a captação das imagens dos povos indígenas em África às incursões militares da Guerra da Crimeia (1853-1856), bem como à ilustração da vida nos bairros empobrecidos de Londres (1877), a fotografia criou uma série de ilusões da realidade sustentando e ocultando a exotificação e a alterização do Outro, a glorificação e a desproblematização das violências simbólicas e das desigualdades sociais registadas nas imagens.

Apesar da primeira função da fotografia ser, muitas vezes, entendida como ‘denotar’, ou seja, ‘mostrar’, no sentido literal do verbo, ao oferecer a possibilidade do consumo visual (Urry e Crawshaw, 1995), a fotografia não só coloca no plano do poder a representação da diferença cultural (entre o Eu e o exótico/distante Outro), como também pretende construir a percepção dessa diferença apelando a discursos múltiplos que às vezes são contraditórios

(Clifford, 1988: 14). Em resultado, uma imagem fotográfica nunca transmite apenas *uma* mensagem, mas contém sempre uma meta-mensagem – ou seja, uma indicação de como a mensagem principal, aquilo que é denotado, deve ser interpretada (Bateson, 2000). Tal indicação não surge do nada, antes reconfigura, de acordo com a distribuição de poder vigente na sociedade, os meios e símbolos de interpretação já disponíveis no contexto cultural e sociopolítico do seu público-alvo. Neste sentido, uma representação através da fotografia é sempre uma representação cultural (Hallam e Street, 2000: 7). E, dessa forma, ela transporta consigo o olhar recorrente sobre as relações de poder entre os representantes dos vários grupos sociais e culturais, um lugar onde se reproduzem, priorizam e se reforçam determinadas concetualizações, valores e visões, e onde se omitem e silenciam as outras.

No domínio das migrações, as representações fotográficas delimitam um panorama de visões predominantes que, por sua vez, são enraizadas na história da relação entre migrantes e cidadãos dos países de acolhimento. Pode-se prever uma modificação das representações associada às mudanças de políticas migratórias, pois estas operam sobre a configuração das relações de poder entre migrantes e autóctones. No entanto, seria muito simplificador afirmar que uma representação nova substituiria completamente a anterior no momento da mudança: haverá sempre momentos e espaços discursivos múltiplos, nos quais várias representações coexistem num jogo de forças, tentando cada uma delas encontrar o seu adepto (Blackledge, 2005: 5). Norman Fairclough (2006) sublinha que toda a vida social é mediada pelos discursos, onde as representações desempenham um papel mais premente.

2. Multiplicidade dos modos de representação e valores de significação

Uma vez que o tema deste ensaio é a mobilidade e as migrações captadas por fotografia, focamo-nos no exemplo de um dos mais famosos retratos fotográficos da contemporaneidade – “Mulher migrante” de Dorothea Lange dos tempos da Grande Depressão (Fig.1). Importa referir que o título original do retrato (“*Destitute pea pickers in California*”)² não evocava o tema das migrações, mas sim a precariedade do trabalho sazonal agrícola. Apenas passadas algumas décadas, este retrato adquiriu o nome sob o qual ficou tão conhecido (“*Migrant mother*”).

² O termo “pea pickers” nos tempos da Grande Depressão referia-se não apenas a “apanhadores de ervilha”, mas era utilizado para descrever, de forma derogatória, todo o tipo de trabalhadores/as sazonais pouco qualificados/as.

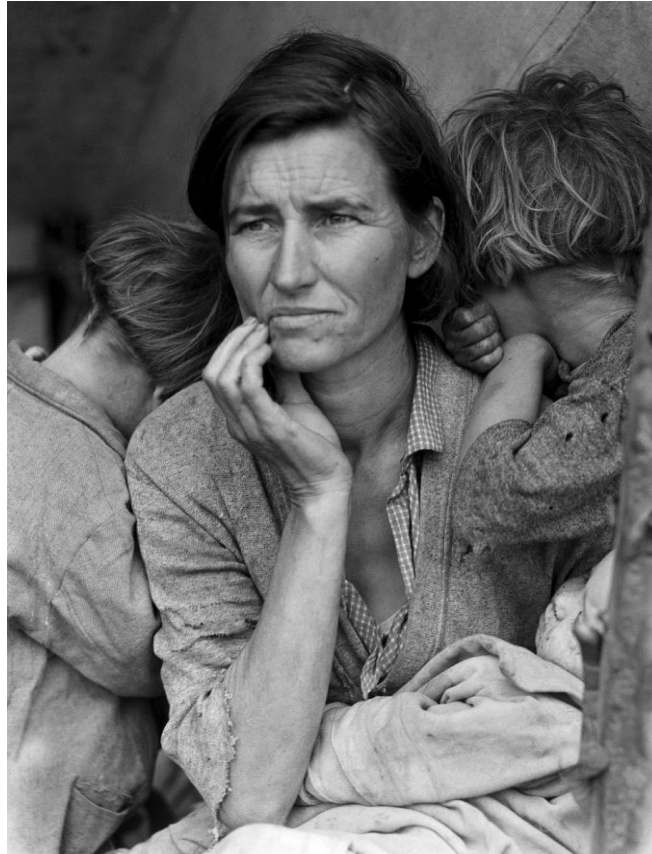


Fig. 1. “Migrant mother” (Dorothea Lange, 1932).

Nesta fotografia figuram quatro pessoas – uma mulher e três crianças. As crianças mais velhas, cujos rostos estão escondidos, têm as cabeças encostadas e as mãos pousadas sobre os ombros da mulher. A mulher segura um bebê nos seus braços. Pela posição dos seus corpos, que formam uma união procurando proteção, conseguimos identificar a relação entre as personagens – trata-se de uma mãe com os seus filhos. Esta é a primeira mensagem da imagem. Num segundo instante, reparamos na expressão do rosto da mãe, nos seus gestos, no cabelo desganhado das crianças e no estado gasto das suas roupas. Assim, a meta-mensagem desta foto comporta o tema da pobreza, do cansaço e da sobrevivência.

Ao ler o título original, “*Destitute pea pickers in California*”, um observador provavelmente perguntaria: Por que está a mulher sozinha com os filhos? Como a família se sustenta? Haverá mais alguém para ajudar esta mulher? Perante o novo título, “Mulher migrante”, é como se a lente mudasse o enfoque para o percurso percorrido pela fotografada até ao espaço e tempo capturados na imagem. Para além disso, com o efeito direto da mudança do título, a mulher com as crianças torna-se a figura principal da fotografia, enfatizando assim o tema da maternidade e reforçando, ao mesmo tempo, a dimensão “vital de empatia e solidariedade” (Entin, 2014: 842). Desta forma, a relação entre os modos visual e textual é reconfigurada.

À medida que examinamos imagens fotográficas apercebemo-nos de que existe uma relação entre as nossas interpretações e as propriedades específicas de cada imagem: não é aleatória a escolha das personagens e objetos fotografados, nem o posicionamento da lente, nem o ângulo de filmagem, nem o enquadramento, nem a gama das cores (ou o jogo de luz e sombra no caso de fotos a preto e branco). As escolhas constituem a linguagem visual própria da fotografia enquanto modo visual, pois elas não atuam de maneira isolada, mas sim inseridas num sistema de opções facilmente reconhecíveis (e.g. a qualidade da luz na

fotografia pode variar entre a plena luz e a plena sombra, as suas variações influenciando a nossa interpretação da imagem). Como em outros modos de representação (sonoro, textual, performativo, etc.), existem padrões e convenções no meio escolhido que constituem gêneros e estilos utilizados por mestres de comunicação visual como designers e fotojornalistas, para tornar mais eficaz o processo de transmissão das mensagens e meta-mensagens. Na sua análise do modo visual, Kress e van Leeuwen chegam a falar de “gramática do design visual” (1996: 2). De facto, as cores de impressão diferenciam-se não só das outras cores e tons, como também, inclusive dentro da mesma cor, se distribuem pelas escalas de intensidade, saturação e nuances, associando valores de intensidade emocional e de assertividade. As personagens de uma fotografia podem contrastar-se quanto à proximidade e ângulo de visão, podem figurar individualmente ou em grupo. As suas posturas corporais podem ficar associadas a valores de assertividade e fragilidade, robustez física ou cansaço, etc..

Todas essas e outras escolhas na comunicação visual resultam em mudança dos significados que perfazem as mensagens e meta-mensagens aí veiculadas. Importa frisar que, sendo representações culturais inseridas num espaço-tempo de determinados grupos sociais, os valores semióticos (de significação) do modo visual, e dos outros modos de comunicação, contêm o potencial *interpretativo* que não é fixo, mas variável. Assim como previamente discutido, qualquer mudança nas opções comunicativas opera no campo do poder, acarretando, portanto, uma mudança ideológica.

Quando uma fotografia está acompanhada por texto, os dois modos comunicacionais entram em relações semióticas. Para além de negociarem e reconfigurarem o espaço da página, do ecrã ou do monitor, o modo textual passa a ser avaliado em função do registo visual associado. Por exemplo, se a letra for manuscrita ou impressa, é trabalhado o conceito de formalidade levando à metáfora do “temporário/duradouro” no modo visual. Dependendo do tamanho e do tipo da fonte utilizada, o autor do texto (*designer* textual) poderá optar por salientar uma determinada parte do texto. Em termos da mensagem, o texto e a imagem fotográfica inscrevem-se num espaço relacional semiótico, onde o valor expresso através do texto poderá reforçar, complementar ou contestar a mensagem do modo visual. Desta maneira, os modos textual e visual compõem a representação da realidade, constituindo, nas palavras de Fairclough (2006: 13) “a vida social textualmente mediada” que, por sua vez, acaba por ser moldada “por representações que são produzidas em todo o lado” (*ibidem*). Qualquer tipo de texto, seja ele visual, sensorial ou gráfico, tem traços de outros textos a lutar pelo lugar dominante.

Partindo dos conceitos do design e da gramática para a interpretação deste espaço semiótico de inter-relação entre o modo textual e o visual, incluímos no enquadramento teórico três dimensões analíticas propostas pelo linguista australiano M. A. K. Halliday (1978):

- a) **ideacional** – identifica ideias e processos sociais referidos. Neste caso, perguntando: O que está a figurar na fotografia? Que participantes, objetos, cenários?
- b) **interpessoal** – que tipo de relações entre os participantes, entre eles e o cenário, entre eles e os objetos?
- c) **textual** – como, com que meios se constrói a coerência entre os participantes, cenário e objetos? Que narrativa estará a contar?

Todas estas dimensões perfazem a mensagem e a meta-mensagem da fotografia colaborando na sua representação da realidade. Uma mudança mais pequena ou leitura menos atenta dessas dimensões afetariam a sua interpretação. Como dissemos acima, além de denotarem a realidade social, os variados modos de representação utilizam pessoas, eventos e locais concretos para transmitir ideias e meta-mensagens, ou seja, dão-lhes certa conotação, acrescentando-lhes mensagens adicionais sobre a forma como a realidade deveria ser interpretada. Desta forma, as representações influenciam desde as visões das pessoas sobre a

sua realidade social, as formas que as suas práticas e modos de estar nesta realidade adotam, até às maneiras como as pessoas se veem a si próprias e às outras (Fairclough, 2006). As representações acabam por influenciar a maneira como pensamos as relações sociais e podem chegar a legitimar determinadas formas de organização social e de poder. Por exemplo, uma personagem que desempenha na fotografia um papel passivo em relação às outras, ficando afetada pelas suas ações (e.g. crianças protegidas pela mãe), está a introduzir o tema da vulnerabilidade e da inocência. A reprodução frequente deste padrão torna a associação entre a criança na foto e a vulnerabilidade/inocência mais direta e imediata. Para desafiar essa associação assumida, o fotógrafo pode optar, por exemplo, por retratar uma criança com uma Kalashnikov AK-47 criando assim um efeito de choque (Machin, 2007: 31 e 114).

O quadro analítico apresentado até agora pretende guiar a nossa análise das representações mediáticas das viagens feitas por refugiados/as através da Europa. Antes de passarmos à análise de fotografias concretas, descrevemos brevemente o contexto social e político em que as fotografias escolhidas surgiram.

3. Multiplicidade dos discursos e das medidas políticas: refugiados/as na Europa e na Rússia

3.1. Populações forçadas a emigrar na Europa nos últimos anos

Segundo relatórios das Nações Unidas, em 2015 mais de 65 milhões de pessoas no mundo tiveram que abandonar os seus países de origem em consequência de guerras, mudanças climáticas e perseguições políticas ou religiosas, etc. (UNHCR, 2015). Mais de 21 milhões de pessoas encontram-se hoje refugiadas, e 10 milhões são apátridas – número em que crianças e adolescentes constituem mais de metade. O relatório de UNICEF de junho de 2016 (UNICEF, 2016) estima que 9 em cada 10 menores refugiados/as não esteja acompanhado. A Comissão Europeia descreve esta situação como sendo a maior crise humanitária desde os tempos da Segunda Guerra Mundial.

Importa referir que o fenómeno da migração forçada não é inédito na história da humanidade, nem é algo de estranho para a Europa das décadas recentes, basta lembrar os movimentos de refugiados/as resultantes das guerras nos Balcãs (1996-1999) e do conflito na Ucrânia (2014-2015). No entanto, perante o movimento até à Europa de refugiados/as dos países do Médio Oriente e do norte da África, a resposta da União Europeia surge pouco uniforme e solidária, mesmo apesar do facto de que apenas 6% dos/as refugiados/as procura instalar-se nos países europeus (em contraste com os 39 % das populações forçadas já acolhidas pelos países vizinhos (UNHCR, 2015). Perante esta crise, a Suécia e a Dinamarca restabeleceram o controle policial e militar das suas fronteiras; a Finlândia reforçou as deportações e reduziu subsídios aos/às refugiados/as e requerentes de asilo, ao mesmo tempo que a Hungria apelou à construção de muros para impedir o trânsito e a instalação de refugiados/as na Europa. A Alemanha é o país da UE que mais tem acolhido refugiados/as, o que se contribuiu para a derrota do partido liderado por Angela Merkel nas últimas eleições regionais.

No fim de junho de 2016, Portugal foi o destino de 400 refugiados/as.³ Em outubro do

³ SIC Notícias, Jornal dos 12, 19 de junho de 2016 (<http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/crise-migratoria/2016-06-19-Casal-sirio-vive-com-os-sete-filhos-na-Nazare>, acedido em 1 de maio de 2017).

mesmo ano, o governo português declarou que o país estaria preparado para dar abrigo temporário a cerca de 10 mil refugiados/as. O mais recente estudo de opinião pública em Portugal (*European Social Survey*, ICS-UL, publicado em novembro de 2016 e referente a 2014/2015) revela que os portugueses estavam na sua maioria mais favoráveis à vinda de refugiados/as do que de imigrantes económicos. Essa divisão das atitudes perante refugiados/as e migrantes económicos é curiosa de ponto de vista de uma análise do modo textual. Segundo as observações dos meios de comunicação, em Portugal, ao longo do período traçado (2015-2016), o termo “migrante” nos discursos mediáticos e populares tende a ser utilizado como sinónimo de refugiado. Nos discursos institucionais, no entanto, essa divisão provém dos canais de enquadramento legal bastante distintos e, por isso, os termos são separados.

A Federação Russa, apesar de se situar no continente europeu, parece representar um caso à parte – tanto em termos da situação geopolítica, como no que se refere aos dados concretos de acolhimento de refugiados/as. Por um lado, segundo o relatório do ano 2015 do UNHCR, a Rússia é o país que se segue à Alemanha em número de pedidos de asilo (100 mil no total; 99.300 dos quais são pedidos de asilo temporário). No entanto, 98% desses pedidos foi apresentado por cidadãos ucranianos habitantes na área do conflito na Ucrânia Oriental, o que significa que apenas 2% dos pedidos provém de refugiados/as de outros países.

Apesar dessa diferença, em número, das pessoas acolhidas, Portugal e Rússia podem ser comparados em termos das motivações das populações deslocadas e da situação dos/as refugiados/as no país. Por ficarem fora das rotas habituais, não se prevê uma grande vaga de para Portugal nem para Rússia. Na maioria dos casos, ambos os países representam um destino temporário servindo de ponte de passagem da Ásia para Europa, e daí para os países mais ricos da União Europeia: de Portugal e da Rússia para a Alemanha, Suécia e Noruega (os casos mais mediáticos reportam essa viagem feita por refugiados/as de bicicleta (Vesti, 2015).

Por ser destino temporário, são igualmente poucos os que pedem – e os que conseguem – o estatuto oficial de refugiado. Quanto aos/às refugiados/as provenientes da Síria, o estatuto de asilo temporário foi concedido pelas autoridades russas a dois mil sírios; ao todo encontram-se dez mil sírios na Rússia. Como sublinha S. Gannushkina, da Fundação “*Grazhdanskoe Sodejstvie*” [Colaboração Civil], 790 pessoas receberam o estatuto oficial de refugiado na Rússia no final de 2014, apenas dois deles eram sírios (Open Russia, 2015).

Por contraste com Portugal, que representa um país sem óbvias ligações históricas à Síria, a Rússia enquanto destino de asilo não surge por acaso nos planos de refugiados/as deste país. A Síria e a Rússia têm sido aliadas nas esferas técnico-militar e económica desde os tempos da União Soviética (especificamente a partir dos anos 60 do séc. XX). Houve especialistas militares e civis sírios que se formaram nas universidades soviéticas e russas, que criaram famílias nas cidades de repúblicas soviéticas e aí tiveram filhos (Lenta, 2015). Desde os anos 1980, trabalhadores/as de empresas sírias da indústria têxtil fundadas na Rússia têm constituído uma diáspora à volta das fábricas. No entanto, apesar dessas ligações ao país, o estatuto temporário continua a ser o único estatuto disponível para populações forçadas na Federação Russa. A associação da Síria, nos discursos populares e mediáticos russos, à ameaça terrorista islamita também contribui para reduzir a probabilidade de aquisição do título oficial de asilo mesmo no caso dos sírios cristãos.

3.2. Para uma análise da relação visual e textual das fotografias: do desespero à ameaça, da catástrofe humanitária à falta do futuro

Todas as fotografias utilizadas neste ensaio foram publicadas por grandes agências

internacionais como a *United Nations Relief and Works Agency* (UNRWA), *Reuters* e *European Pressphoto Agency*. Estas imagens foram selecionadas por jornalistas dos média em língua russa e portuguesa para ilustrar notícias publicadas entre junho de 2015 e de 2016 sobre a viagem de refugiados/as até à Europa através do continente europeu. Apresentam um interesse especial as imagens provenientes da mesma agência internacional e posteriormente acompanhadas de texto pelos jornais russos e portugueses.

Aplicando as três dimensões analíticas distinguidas por Halliday (ideacional, interpessoal e textual) para examinar as narrativas visuais, distinguimos os temas que surgem com mais frequência, identificamos os atores e papéis que esses desempenham nas narrativas e as relações entre eles. A seguir, estudámos a interação entre as narrativas visuais e os títulos das notícias em russo e em português: se a mensagem do título complementa, reforça ou contrasta a ideia expressa através do modo visual.

Basta olhar muito brevemente sobre as notícias publicadas nesse ano (junho de 2015-junho de 2016) para afirmar que na sua dimensão cronológica as narrativas nos meios de comunicação russa e portuguesa refletem os principais acontecimentos da crise dos/as refugiados/as na Europa trabalhando os temas comuns da viagem, da fuga, da chegada às fronteiras europeias, bem como da passagem e do acolhimento na Europa. Importa referir ainda o carácter cíclico dos temas nos meios de comunicação social de língua russa e portuguesa e apontar para a repetição das mesmas fotografias dentro do período observado, na mesma edição eletrónica e nas edições diferentes. Uma vez que é difícil identificar apenas um tema por fotografia, foi possível destacar três núcleos agregadores de temas gerais desse período, mais especificamente:

1. da migração massiva;
2. da falta de segurança;
3. da dimensão humanitária da crise.

Os relatos fotográficos sobre a migração maciça, tipicamente, mostram um grande número de pessoas que ocupa o lugar principal na fotografia ou até transborda o seu espaço. Dentro desse núcleo agregador existem dois modos de retratar as populações forçadas a emigrar: um mais passivo e outro mais ativo. Na primeira instância, as pessoas são representadas como uma quantidade de gente passiva – muitas vezes levada por um barco pelo mar Mediterrâneo, um mar de gente no meio de mar – cujo destino é determinado por forças maiores, naturais e sociais, desde o tempo no mar até às redes traficantes. A coerência dentro do tema é conseguida pelo enquadramento, retratando esse mar de gente como uma grande mancha de cor no centro da imagem. Um leitor das notícias ilustradas por fotografias deste grupo raramente consegue distinguir os rostos dos/as refugiados ou identificar quaisquer outras características suas, como idade, sexo, etc. (com a exceção da cor de pele). Desta forma, o fotógrafo apresenta os/as refugiados/as como corpos não identificados. De facto, até o próprio barco poderia surgir na foto de forma mais identificável. O leitor é desencorajado a criar qualquer relação que seja com as pessoas retratadas pela fotografia pois são representadas como corpos de passagem, corpos temporários e descartáveis, literalmente ao sabor da corrente. São esses corpos desprovidos de voz e de identidade que acabam o seu ciclo de representação ao encher as estatísticas das vidas perdidas no mar e nas redes de tráfico humano. Neste sentido, os/as refugiados/as ficam posicionados como massas populacionais, cuja identidade coletiva é conferida pela tez escura, assim como pela sua origem geográfica e social, e cujo destino é decidido pelo contexto político e geopolítico global. Simbolizado pelo mar sem fim, esse contexto esvazia o sentido de qualquer tipo de protesto. Protestar contra as forças de natureza, remar contra a corrente? Nesse enquadramento semiótico de desumanização, coconstruído pelos modos visual e textual, o ato de protestar traduz-se num ato de coragem tremenda, ou significa agir à beira de desespero.

Utilizamos a notícia publicada no *Correio da Manhã* de 16.08.15 para ilustrar esse grupo

de imagens (Figura 2).

Migrantes: A longa marcha para a Europa

Redes de tráfico humano aproveitam-se dos que fogem da miséria.

Por Carlos Anjos | 16.08.15



Barcos no Mediterrâneo tentam chegar à costa da Europa

Foto D.R.

Fig.2. “Migrantes: a longa marcha para a Europa” (Correio da Manhã, 16.08.15; Darrin Zammit Lupi/Reuters).

Apesar de manifestar todas as características acima descritas, este relato fotográfico destaca-se por mostrar vários ocupantes do barco a saltarem para o mar. Desta forma, o modo visual questiona a uniformidade de motivação coletiva das pessoas no barco a nível interpessoal, evidenciando uma variedade de interpretações da situação concreta a nível individual. No entanto, dado o tema geral da fotografia, mesmo esse ato potencialmente corajoso e imprudente será, com mais probabilidade, interpretado pelo leitor da notícia como o ato de desespero. A narrativa visual acaba por representar as populações forçadas a migrar como vítimas das circunstâncias, motivadas pelo engano ou pela aflição. A ideia é reforçada pelo título e subtítulo da notícia do jornal português: “*Migrantes: A longa marcha para a Europa. Redes de tráfico humano aproveitam-se dos que fogem da miséria*”. Dessa forma, o modo textual introduz a dúvida quanto ao estatuto legal dos/as refugiados/as, anuncia os principais figurantes do processo da viagem para a Europa (“migrantes”, “redes de tráfico”) e reforça as desigualdades de poder (“aproveitando-se”).

Na segunda categoria de imagens do núcleo temático sobre a migração massiva, as populações forçadas são representadas de maneira mais ativa no processo da viagem: por exemplo, a caminhar ou a pedalar para o seu destino (como foi o caso da fronteira entre a Rússia e a Noruega). Neste caso, o leitor consegue focar o seu olhar em pessoas individuais na multidão e tirar conclusões quanto aos seus grupos etários, de género e até de classe social. A direção uniforme do movimento das pessoas nas fotografias transmite o significado de um propósito comum da migração – o que pode, no entanto, ser utilizado para insinuar a invasão.

Mas o cenário à sua volta também colabora na construção da mensagem. Como ilustrado pela Figura 3, a cidade em ruínas constitui uma paisagem que leva as pessoas – velhas e novas, homens e mulheres – a deixá-la para trás fugindo da destruição.

RIA НОВОСТИ | РОССИЯ СЕГОДНЯ

3 января 21:21 МСК

USD 60.66 +0.38 EUR 63.81 +0.79 +17 °C Лисса

ГЛАВНОЕ ПОЛИТИКА ОБЩЕСТВО ЭКОНОМИКА В МИРЕ ПРОИСШЕСТВИЯ СПОРТ НАУКА КУЛЬТУРА

Безопасность Новое оружие России

Всемирный день беженцев

10:00 20.06.2015 (обновлено: 10:01 20.06.2015) 0 264 1 0

© AP Photo/ UNRWA, File

Начиная с 2001 года, согласно решению Генеральной Ассамблеи ООН, 20 июня отмечается Всемирный день беженцев.

Fig.3. “Dia Mundial dos Refugiados” (RIA-Novosti, 20.06.15; UNRWA).

Esta fotografia foi publicada pela Agência noticiosa russa RIA-Novosti a 20.06.2015 para ilustrar uma peça dedicada ao Dia Mundial dos Refugiados, como especificado no título em russo. Com origem na *United Nations Relief and Works Agency* (UNRWA), a fotografia aparece repetidamente em várias edições eletrônicas mundiais ao longo do período observado, por retratar o próprio conceito de refugiado: quando ocorre uma catástrofe natural ou social levando à destruição do seu local de habitação, as pessoas – independentemente da idade, gênero ou classe social – têm que deixar os lugares que se tornam inabitáveis à procura de acolhimento e de guarida. Na imagem em questão, aparece um mar de gente que transborda o espaço da fotografia causando uma forte emoção no leitor da notícia. A narrativa visual, graças à colocação da luz, ao enquadramento e ao retratar o movimento de pessoas cabisbaixas, vestidas de roupas escuras, a saírem em massa, perseguidas pela destruição, relembra as referências bíblicas ao êxodo. Ao criar essa ponte com a narrativa cultural familiar e facilmente reconhecível pelos leitores no Ocidente, os seus autores procuram

aproximar a saída dos/as refugiados/as do Médio Oriente a narrativas culturais ocidentais. Ao mesmo tempo, essa ligação bíblica, igualmente, não deixa lugar nem para o questionamento das causas nem para o protesto perante a situação, focando a lente na dimensão de catástrofe humana.

Existe muita variação nas meta-mensagens das narrativas visuais da migração massiva ao longo do período observado. A notícia publicada no jornal russo *Kommersant* a 25.08.2015 utiliza três fotografias da agência *Reuters* na sua reflexão sobre a crise de refugiados/as (Figs.4.1-4.3). O título “*Os refugiados ultrapassam a UE. O influxo dos migrantes ameaça a zona Schengen*” resume-se à interpretação da crise enquanto ameaça, chegando-se a questionar tanto a adequação das medidas políticas europeias (“ultrapassam/transpõem a UE”), como a própria identificação das pessoas que procuram entrar na Europa como refugiados/as (“refugiados”= ‘migrantes’). Importa acrescentar que a utilização do verbo “ultrapassar/transpor”, neste contexto (entre outros termos como “desafiar”, “disputar” ou até “invadir”), deve ser recebido com alguma estranheza pelos leitores russos, pois sugere uma corrida à UE pelos refugiados/as.

O encarar os/as refugiados/as como migrantes é explorado nas duas fotografias da série (Figuras 4.1 e 4.2). A fotografia de abertura (Fig. 4.1) mostra três homens numa praia vestidos de calções, t-shirts e chapéus a tirarem uma *selfie* com os telemóveis e a fazerem o sinal de vitória. O momento capturado pelo autor da fotografia é de felicidade e de celebração. Pelo tipo de roupa, dos gestos e dos movimentos, pode-se chegar à conclusão que os homens são turistas. Apenas os objetos na foto – as manchas coloridas dos coletes de salvação e o barco insuflável por detrás – indicam um cenário bem diferente, apontando para a travessia pouco segura do mar até conseguirem essa vitória.



Fig.4.1. “Os refugiados ultrapassam a UE” (Kommersant, 25.08.2015, 1ª foto da série; Alkis Konstanidis/Reuters).

A próxima fotografia da série (Fig. 4.2) retrata uma multidão de pessoas de todas as idades, vestidas com roupas coloridas (calças de ganga, bonés, óculos de sol).



Fig.4.2. Kommersant, 25.08.2015, 2ª foto da série (Ognen Teofilovski/Reuters).

Paradas no meio dos campos, as pessoas da multidão parecem aguardar por uma instrução ou ordem dos agentes policiais colocados nas margens do grupo retratado: as direções dos seus olhares variam, os seus corpos estão virados para lados diferentes. Os objetos e as vestes dos dois grupos na fotografia ajudam a distinguir entre refugiados/as e polícias: os agentes são facilmente identificáveis pelos uniformes e cabeças rapadas como que em representação do controlo oficial. Por outro lado, as vestes dos/as refugiados/as (bonés e chapéus de sol) não alimentam a construção de uma cultura distante, servindo assim o triplo propósito: 1) ajudar a desmontar o medo nas sociedades ocidentais e mostrar a proximidade dos/as refugiados/as aos leitores das notícias; 2) ilustrar a universalidade da crise apelando à dimensão humanitária; 3) reforçar o questionamento do estatuto de refugiado.

A fotografia que fecha a série (Fig.4.3) coloca em destaque uma mulher com uma criança ao colo.



Fig.4.3. Kommersant, 25.08.2015, última foto da série (Alkis Konstandis/Reuters).

As suas expressões faciais, gestos e linguagem corporal contam a história trágica da chegada à costa do Mediterrâneo. O cansaço, a dor, o choro e o desespero estão implantadas nas suas caras. O posicionamento dos corpos da mãe e da criança relembram a “*Migrant mother*” e, até, talvez, podem invocar as imagens icônicas de Nossa Senhora. Assim como na “*Migrant mother*”, os autores da fotografia procuraram ir além do concreto momento capturado, enfatizando os temas da maternidade, da vulnerabilidade e do futuro. Desta forma, as três imagens fotográficas da notícia no jornal russo constroem uma trajetória narrativa visual que começa por reexaminar a identidade dos/as refugiados/as e acaba reforçando a dimensão humanitária da crise de refugiados/as. Em resultado do seu desenvolvimento, o discurso visual complementa, desenvolve e chega a contrariar as mensagens do “influxo” e de “ameaça” expressas pelo modo textual.

Outro tema que agrega narrativas visuais noticiosas do período observado, e que surge da ligação com o tema da migração massiva, é aquele que destaca a falta de segurança e a precariedade das condições nas quais a viagem para a Europa é feita. Dentro desse tema, algum espaço das fotografias é normalmente ocupado por tendas, cobertores estendidos no chão, etc., como se vê na Figura 5.

Bruxelas propõe 54 mil lugares para refugiados sírios

Vagas passam do esquema de recolocação para o processo de reinstalação.

21.03.16



Proposta após acordo entre os líderes da União Europeia e a Turquia

Foto EPA

Fig.5. “Bruxelas propõe 54 mil lugares para refugiados sírios” (Correio da Manhã, 21.03.16; Armando Baroni/EPA).

Com origem na agência internacional *European Press Photo* (EPA) e referente aos confrontos entre refugiados/as e o governo húngaro em março de 2016 – que tentou impedir a sua passagem para a Alemanha –, a fotografia publicada no *Correio da Manhã* traz algumas diferenças discursivas em relação às imagens dos grupos temáticos anteriores. Embora também retratasse as grandes massas humanas com o ponto de fuga alguns no horizonte, referindo dessa forma ao influxo dos/as refugiados/as (e, possivelmente, ao êxodo), confronta o leitor com a imagem das tendas posicionadas em cima de carris. A colocação das crianças refugiadas em plano frontal pode ser uma das pistas que ajudam a descobrir a razão desse posicionamento das tendas. Perante a proibição oficial de fornecer os meios de transporte até à fronteira, os/as refugiados/as adultos optaram por impedir o trânsito ferroviário, pôr as vidas das suas famílias em risco, exibindo assim o seu protesto e exigindo ação imediata por parte das autoridades húngaras. As crianças simbolizam aqui o futuro destas populações e o apelo reforçado à dimensão humanitária da crise.

No último mês de recolha dos dados, junho de 2016, os temas do futuro e da dimensão humanitária ganham uma forte e inegável presença em todos os jornais observados, independentemente da língua de publicação. Nessa altura, a UNICEF publicou o relatório que estima que a maioria das crianças e adolescentes refugiados/as não esteja acompanhada por adultos sendo vulnerável perante as redes existentes de tráfico humano e de exploração sexual.

Na análise sócio-semiótica dos discursos mediáticos, as imagens de menores surgem

habitualmente associadas à inocência e vulnerabilidade. Essa ligação está a ser explorada na fotografia da agência *Reuters* publicada pela SIC-Notícias a 19 de junho de 2016 (Fig.6):

CRISE MIGRATÓRIA NA EUROPA

Nações Unidas lançam campanha e petição de apoio aos refugiados



19.06.2016 09h46

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou uma campanha e uma petição que instam os governos a garantirem a segurança, a educação e o emprego dos quase 20 milhões de refugiados em todo o mundo.



© MARKO DJURICA / REUTERS

Fig.6. “Nações Unidas lançam campanha e petição de apoio aos refugiados” (SIC-Notícias, 19.06.2016; Marko Djurica/Reuters).

Nesta fotografia, o leitor da notícia vê as dezenas de crianças e adolescentes num campo aberto – alguns sentados e outros em pé – que recomeçam a sua caminhada depois de uma pausa para descansar. As suas mochilas grandes indicam um caminho longo, no entanto, nem a sua origem nem tampouco o destino se avistam. Os menores parecem estar desacompanhados, pois os adultos se adivinham ao longe. Desse modo, a mensagem de vulnerabilidade aparece em destaque e reforça o apelo expresso no modo textual (“petição de apoio aos refugiados”).

Os media da língua russa também utilizaram, na mesma altura, fotografias de crianças desacompanhadas. Observa-se, por exemplo, na fotografia da Fig. 7, publicada no sítio web de um dos maiores canais de televisão russa “Vesti”.

ВЕСТИ.RU Новости Видео Фотолента Трансляции Сервисы

Тема:
 ⏪ Нелегалы в Европе ⏩ 5 часов назад

Новости | Общество Все видео этой рубрики ⏪

28 июня 2016 10:12

Европейцы считают, что мигранты разъединяют общество



Fig. 7. “Europeus consideram que migrantes dividem a sociedade” (Vesti, 28.06.2016; EPA).

A narrativa visual dessa fotografia, proveniente da agência *European Press Photo*, parece ser bastante semelhante à narrativa da fotografia da SIC-Notícias (Fig.6): o leitor vê muitas crianças rodeadas de sacos, sentadas no chão, a descansar num campo aberto. Os poucos adultos estão longe ou quase ocultos. Portanto, a mensagem visual pode igualmente ser de vulnerabilidade e de inocência. Se tomarmos em consideração a mensagem textual do título traduzido (“*Europeus consideram que migrantes dividem a sociedade*”), ficamos, entretanto, perplexos: os jornalistas russos não apenas evitaram o termo “refugiado”, como introduziram a ideia de falta de uniformidade na Europa perante a crise migratória. Ao quebrar o eixo associativo habitual entre as imagens de crianças e a inocência e a vulnerabilidade, os autores da notícia redirecionaram a atenção do leitor ao modo textual, que se refere aos resultados de uma sondagem de opinião lançada por um projeto internacional (*Sputnik.Polls [Sputnik.Opiniões]*) com parceiros nos países europeus e nos Estados Unidos. A sondagem, alegadamente, demonstrou que a maioria dos inquiridos no Reino Unido, França e Alemanha concorda que “são precisamente os migrantes que dividem a sociedade” (Vesti, 28.06.16). Entre os parceiros do projeto são citadas as empresas e institutos de pesquisa do mercado e da

opinião pública, tais como *Populus* no Reino Unido, IFOP (*Institut Français d'Opinion Publique*) e *Forsa* na Alemanha.⁴

Neste espaço do conflito entre o modo visual e textual, os jornalistas russos iniciaram uma nova cadeia de significação onde as crianças refugiadas possam vir a ser associadas a um futuro que é incerto e cheio de perigo. Os discursos alarmistas de ameaça à união da Europa por causa dos refugiados, que circularam durante o período observado e continuam a dominar os media de língua russa (e.g. Figs.4.1-4.3), passaram a incluir também crianças e menores. Nesses discursos, insinua-se sub-repticiamente a ideia de migração forçada como migração encenada ou até engendrada (“*engineered*”, como diz Greenhill, 2010), em que as populações refugiadas agem como ferramentas de uma guerra híbrida (Grohmann, 2016). Na contestação dos discursos, os temas da dimensão humanitária, da maternidade, vulnerabilidade e do futuro na crise de refugiados/as ficam gradualmente ofuscados pelos discursos do medo e de ódio associados a toda a população refugiada independentemente da idade ou sexo.

4. Considerações finais

A fotografia, desde os tempos da sua massificação, representa uma forma de consumo e de entretenimento visual e, como tal, é aberta e sujeita à manipulação. Entre os vários tipos de fotografia, a documental – utilizada nas ciências sociais e humanas – não se posiciona fora desta tendência, apesar de muitas vezes ser considerada como um mero registo da realidade. Olhando para as imagens fotográficas que acompanham notícias publicadas nas páginas eletrónicas de agências de notícias portuguesas e russas, entre junho de 2015 e junho de 2016, considerámos as representações evidenciadas pelos modos visual e textual. A sua configuração em notícia concreta (texto-imagem), bem como a recorrência da mesma configuração ao longo do período analisado, colabora na construção de determinadas visões sobre as populações refugiadas e sobre as medidas políticas mais adequadas em relação a estas populações. Como qualquer representação, o texto e a imagem que o acompanha promovem múltiplas mensagens e contêm pistas aquando da interpretação das mensagens (meta-mensagens). O seu potencial interpretativo modifica-se com o tempo, inserindo-se no contexto cultural das sociedades, sustentado pelas visões predominantes e metáforas familiares naquela sociedade. Neste sentido, o potencial interpretativo muda com o espaço-tempo, podendo a mesma configuração texto-imagem ser interpretada de maneira diferente pelos leitores na Rússia e em Portugal – no processo de hierarquização as representações priorizam alguns temas, enquanto empurram outros temas para as margens ou ocultam-nos do leitor.

Ao longo do período, observam-se algumas semelhanças em representações mediáticas nas notícias publicadas em língua russa e portuguesa, sendo a principal a “ansiedade perante a presença das comunidades muçulmanas e tradições islâmicas dentro das fronteiras da Europa” (Asad, 2000: 11). Interessante concluir como essa ansiedade perante os/as refugiados/as do Médio Oriente tem sido tratada pelos meios de comunicação social na Europa a partir de três núcleos temáticos agregadores: 1) migração massiva; 2) falta de segurança e 3) dimensão

⁴ Uma pesquisa mais detalhada sobre as fontes e os parceiros do projeto referido na notícia revelou que, entre junho de 2016 e fevereiro de 2017, as ligações externas à sondagem tinham sido retiradas do texto. Nem o IFOP nem o *Forsa* listam o *Sputnik.Polls* entre os seus clientes. Para além disso, nenhuma sondagem realizada no período anunciado é referida nas páginas-web desses institutos. Foi possível determinar que *Sputnik.Polls* era um projeto de radiodifusão e *podcast* com ligações ao canal da televisão russa *Russia Today*, com transmissão diária internacional. A redação do canal foi várias vezes acusada de apresentar notícias de forma sensacionalista e tendenciosa.

humanitária. Quando falam da migração em massa, os média tendem a apresentar refugiados/as como massas populacionais desprovidas de identidade e de voz, vítimas das circunstâncias ao sabor das políticas governamentais, i.e., das redes de solidariedade por um lado e das redes de tráfico, por outro. Em consequência, o espaço de questionamento, resistência ou protesto perante essa vitimização é inexistente ou reduzido. Neste cenário, outras pessoas – representantes institucionais, políticos ou traficantes – e, às vezes, até objetos, como barcos, tendas, etc., ganham maior agência influenciando as vidas dos/as refugiados/as.

Ao representar refugiados/as a tomarem iniciativa, os meios de comunicação social colocam sob dúvida ou até suspeita a direção e o propósito dos seus movimentos, tentando perceber se se trata de fuga, fluxo ou invasão. A dimensão de controlo e de existência de líderes identificáveis parece ser mais importante para os jornalistas, pois ajuda a resolver uma série de inquietações no Ocidente perante estes movimentos em massa vindos do Oriente. Por isso, discursos visuais destacam o papel controlador dos agentes do estado (e.g. polícias). Nos meios de comunicação de língua russa, demonstra-se uma menor e fraca intervenção dos agentes oficiais intervenientes no local, procurando questionar a identidade e o estatuto do refugiado através da sua associação a posições discursivas que os tratam de turistas, potenciais terroristas ou migrantes ilegais a desafiarem fronteiras e instituições europeias. Na construção dos discursos de medo pelos jornalistas russos, a migração desde o Médio Oriente é apresentada como planeada, onde mesmo as imagens de crianças refugiadas existem para sustentar mensagens inquietantes e alarmistas do fim da Europa unida. O discurso do medo desqualifica, dessa forma, o apelo humanitário e de solidariedade para com essas populações.

Nas representações mediáticas da crise de refugiados o central lugar é ocupado pelas metáforas facilmente reconhecíveis pelos leitores no Ocidente. Assim, os movimentos em massa passam a associar-se ao Êxodo, as imagens das mães refugiadas reciclam a linguagem visual da Nossa Senhora, e as imagens de crianças refugiadas destacam os temas da vulnerabilidade e do futuro incerto.

O tema da imaginação de futuro de crianças refugiadas construído nos meios de comunicação social de língua russa e de língua portuguesa divide as intenções discursivas pelo enfoque na ameaça nos jornais russos e na vulnerabilidade e falta de resposta nos jornais portugueses. No entanto, nenhum dos aparatos discursivos parece ser capaz de lidar, nem de transmitir toda a complexidade das causas sociais, históricas, económicas e políticas da crise de refugiados. As narrativas noticiosas russas e portuguesas continuam a tentar representar os espaços europeus como espaços simbólicos homogéneos inseridos no tempo histórico linear (Asad, 2000: 16-17). Essa homogeneidade e linearidade civilizacional tem sido construída, neste caso, através do situar o debate sobre refugiados/as nos eixos relacionais Ocidente-Oriente e Islão-Cristianismo. A Europa construída desta forma é destinada a ser ansiosa e inquieta sobre o seu futuro. Nas palavras de Asad:

If Europe cannot be articulated in terms of complex space and time, which allow for multiple ways of life and not merely multiple identities to flourish, it may be fated to be no more than the common market of an imperial civilization, always anxious about (Muslim) exiles within its gates and (Muslim) barbarians beyond (Asad, 2000: 24).

Na ausência de mecanismos discursivos (bem como de intenção política) para a incorporação desta complexidade histórica, as representações mediáticas continuam a ser vulneráveis às mensagens de medo, ódio e xenofobia. Essa falta abre um caminho a manipulações populistas e nacionalistas na Europa.

Referências bibliográficas

Asad, Talal (2000), “Muslims and European identity. Can Europe represent Islam?”, in Hallam, Elizabeth; Street, Brian (orgs.), *Cultural encounters: representing 'otherness'*. London: Routledge, 11-28.

Bateson, Gregory (2000), *Steps to an ecology of mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

Baudelaire, Charles (1999), “Le public moderne et la photographie”. *Études Photographiques*, 6. Consultado a 09.03.2017, disponível em <http://etudesphotographiques.revues.org/185>.

Becker, Howard (2002), “Visual evidence: A Seventh Man, the specified generalization, and the work of the reader”, *Visual Studies*, 17(1), 3-11.

Clifford, James (1988), *The predicament of culture. Twentieth-century ethnography, literature, and art*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Collier, John (1967), *Visual anthropology: photography as a research method*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.

Entin, Joseph (2014), “Culture on the move: depression-era documentary and migrant California”, *Criticism*, 56(4), 841-847.

Fairclough, Norman (2006), *Capitalismo global e consciência crítica da linguagem*. Viseu: Pedago.

Greenhill, Kelly M. (2010), “Weapons of mass migration: forced displacement as an instrument of coercion”. *Strategic Insights*, 9(1), 115-159.

Grohmann, Jan (2016), “Bezhtentsy kak instrument Rossii v gibridnoj vojne” [Refugiados como ferramenta da Rússia na guerra híbrida]. *InoSMI*, Russia. Consultado a 09.03.2017, disponível em http://inosmi.ru/country_russia/20160106/234988236.html.

Hallam, Elizabeth; Street, Brian (2000), *Cultural encounters: representing 'otherness'*. London: Routledge.

Kress, Gunther; van Leeuwen, Theo (1996), *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge.

Machin, David (2007), *Introduction to multimodal analysis*. London: Hodder Arnold.

Sontag, Susan (1999), “The image-world”, in Jessica Evans e Stuart Hall (orgs.), *Visual culture: the reader*. London: Sage, 80-94

UNHCR, United nations Refugee Agency (2015), Global Report. Consultado a 02.02.2017, disponível em <http://www.unhcr.org/gr15/index.xml>.

Urry, John; Crawshaw, Carol (1995), “Turismo e consumo visual”, *Revista Crítica de*

Ciências Sociais, 43, 47-68.

Jornais eletrônicos citados

Rússia

Vesti, 24 de outubro de 2015, “Cada vez mais refugiados sírios chegam a Noruega de bicicleta”. Disponível em <http://www.vesti.ru/doc.html?id=2678947>.

Open Russia, 17 de julho de 2015, “Como é a vida dos refugiados sírios e outros na Rússia”. Disponível em <https://openrussia.org/post/view/8566/>.

Lenta, 21 setembro de 2015, “Chorei muito e não sabia o que fazer. Refugiados sírios sobre a vida difícil na Rússia”. Disponível em <https://lenta.ru/articles/2015/09/21/syrian/>.

RIA-Novosti, 20 de junho de 2015, “Dia Mundial de Refugiados”. Disponível em <https://ria.ru/spravka/20150620/1076400538.html>.

Kommersant, 25 de agosto de 2015, “Os refugiados ultrapassam a UE”. Disponível em <http://www.kommersant.ru/doc/2795603>.

Vesti, 28 de junho de 2016, “Europeus consideram que migrantes dividam a sociedade”. Disponível em linha em: <http://www.vesti.ru/doc.html?id=2769982&tid=108564>.

Portugal

Correio de Manhã, 16 de agosto de 2015, “Migrantes: A longa marcha para a Europa”. Disponível em http://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/migrantes_a_longa_marcha_para_a_europa.

Correio de Manhã, 21 de março de 2016, “Bruxelas propõe 54 mil lugares para refugiados sírios”. Disponível em http://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/bruxelas_propoe_54_mil_lugares_para_refugiados_sirios

SIC Notícias, 19 de junho de 2016, “Nações Unidas lançam campanha e petição de apoio aos refugiados”. Disponível em <http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/crise-migratoria/2016-06-19-Nacoes-Unidas-lancam-campanha-e-peticao-de-apoio-aos-refugiados>

Última saída

Edgard Raoul Neto¹
edgard.raoul@gmail.com

– Por favor! Por favor! Resgatem aquele corpo! Resgatem aquele corpo! Eu quero ver quem salvou a minha vida! Ele salvou a minha vida! - suplicava Ahmed.

– Nãããããããã!!!! - Ahmed identifica o corpo. Era o do seu filho, que tinha 10 anos de idade.

Sulaiman continua a narrativa daquele tenebroso dia:

– O barco afundou no Egeu, quando tentávamos cruzar da Turquia para a Grécia. Ahmed, assim como muitos, não sabia nadar e os coletes não flutuavam. Ele se agarrou naquele corpo – sem saber que era o do seu filho – pois era a sua única chance de sobreviver e por ali ficou, até que a guarda costeira turca nos resgatasse.

Antes de prosseguir, Sulaiman busca ar em uma profunda respiração. Os seus olhos já não conseguiam evitar as lágrimas:

– E eu, que o abraçava buscando conforta-lo, pouco sabia que naquele mesmo momento, a minha querida e amada mulher afundava, levando, dentro de sua barriga de seis meses, a sua única companhia: o nosso filho.

E conclui:

– A bem da verdade isso é o que as autoridades têm me dito. Mas eu tenho certeza que ela está viva. Em algum lugar. Inshallah!

Esta foi a minha recepção na Turquia. Foi no ano de 2015, quando as amarras do passado e a coragem para superar as expectativas, daqueles que sempre investiram em mim, foram superadas. Uma decisão que contrariou a opinião da maioria, a qual não conseguia entender os motivos pelos quais eu embarcava de Nova Iorque para Istanbul. Afinal, deixar o sonho americano para viver uma experiência com refugiados nada mais era do que uma insanidade.

A certeza que residia em mim fez com que todas as vozes repressivas se calassem. Uma decisão legítima e sóbria, que buscava satisfazer um dos meus principais pesadelos: a questão vocacional.

Formatado para ser mais um ser humano de “sucesso”, a realidade de escritório, que trazia uma rotina e processos monótonos, estava aniquilando toda a inspiração e motivação que buscava discutir o nosso estilo de vida. Vibrava com a conquista de mais um cliente. Comemorava a causa ganha. Usufruí do bônus anual. Investia em artigos caros e de luxo, a fim de zelar a aparência nobre. Mastigava o escargot sentindo-me especial. Gargalhava com as piadas. E me sentia amado diante dos beijos das namoradas. No entanto, eram nos momentos noturnos, enquanto a minha cabeça repousava nos confortáveis travesseiros, que as imagens e as cenas das notícias chicoteavam-me.

¹ Advogado brasileiro e ativista de direitos humanos. Em 2015 idealizou o projeto Hands On Human Rights com o objetivo de salvaguardar os direitos dos refugiados. Nesse âmbito viajou desde a ilha grega de Lesbos até Frankfurt acompanhando os refugiados, procurando ajudar as pessoas que encontrava pelo caminho e, ao mesmo tempo, entender a crise humanitária a partir da perspectiva de quem busca refúgio. Tem participado e promovido diversas iniciativas de divulgação da experiência da viagem e dos direitos dos refugiados.

Enquanto a minha conta bancária concentrava constantemente a minha renda – proveniente da minha performance profissional, que tinha o objetivo único de proteger empresas milionárias, deixando-as mais milionárias – a realidade das ruas paulistas, das guerras imperialistas e da fome mundial passava despercebida pelos olhos que viam, mas não enxergavam; pelos ouvidos que ouviam, mas não escutavam. E, novamente, durante o período noturno, a realidade chicoteava-me, transformando toda a verdade ignorada em uma faca afiada. A dor do outro ecoava em mim.

E diante desta contradição, considerando que o valor da vida de todos os seres humanos é o mesmo, embarquei em uma jornada que apresentava tão somente um bilhete de viagem: o de ida.

Após quatro meses vivendo em Nova Iorque e interagindo com diferentes Organizações Internacionais focadas em Direitos Humanos, decidi iniciar a minha jornada na Turquia, já que todas as recomendações afirmavam que eu não sobreviveria – nem por uma semana – no Oriente Médio.

Confesso que as primeiras horas na Turquia desconstruíram, em parte, toda a certeza e orgulho que eu tinha sobre o tema “Direitos Humanos”, afinal, a propaganda veiculada pelas organizações internacionais – responsáveis por carregar esta densa bandeira – demonstram, sempre, ações robustas e incontestáveis. No entanto, diante do intenso testemunho do refugiado afegão, percebi que alguns desses relatos são veiculados pela mídia, mas não são objeto de ações e de trabalho de nenhuma organização – seja nacional ou internacional. Isto é, testemunhamos e registramos o drama, mas nada fazemos para evitá-lo.

O extravagante desenvolvimento tecnológico – capaz de produzir, em tempo real, qualquer nova notícia dos diferentes cantos do mundo – é completamente inócuo, no sentido de conscientizar e tocar àqueles que não vivem esta realidade extrema, sobretudo as autoridades que detêm o poder do futuro dessas pessoas que, certamente, são invisíveis à nossa realidade. Lemos as notícias; assistimos os vídeos; sabemos dos detalhes; mas nada disso é capaz de nos tocar. Espantamo-nos, mas não nos perturbamos. Não é de hoje que vivemos uma realidade em que o absurdo se tornou normalidade. “O mundo está ao contrário e ninguém reparou”. Culpamos os governos e políticos; cobramos intensamente mudanças. E me pergunto: o que nós, como seres humanos, estamos fazendo para alterar esta situação? Apontar o responsável é um gesto praticado por todos nós, agora, assumir que somos responsáveis é um ato repudiado pela maioria.

Ferido com o depoimento daquele esplêndido ser humano, que acabara de perder a sua mulher grávida de seu filho e mantinha um comportamento integralmente sereno/compreensivo/educado, diante desta absurda realidade, resolvi encurtar a minha estadia na Turquia e viajar para a Grécia, a fim de buscar informações sobre o desaparecimento de sua mulher grávida. Afinal, ele não poderia fazê-lo, já que estava ilegal na Turquia e não tinha qualquer possibilidade de se dirigir a outro país – que não fosse o Afeganistão. A partir deste caso, eu entendi a importância da atuação dos traficantes de pessoas, uma vez que sem eles quase nenhum refugiado teria a possibilidade de fugir da guerra, considerando a constante negativa, pelos Governos dos países de destino, sobre os inúmeros pedidos de visto formulados às autoridades competentes.

Durante a travessia – de balsa – eu olhava de forma fixa para as lindas águas do Egeu, que virara um enorme cemitério. Um cemitério sem lápides e flores, que é lembrado tão somente pelas lamúrias daqueles que enterraram, ali, o sonho de uma nova oportunidade de vida. Uma mudança de vida forçada, já que não são os refugiados os causadores do conflito e da guerra. Ou seja, o poder econômico, que é responsável pela guerra, é cego e surdo e sua ambição assassina qualquer sonho (de uma pessoa, povo ou nação) que esteja em sua mira.

De repente, avistei o porto de Mitilini. O foco do meu olhar logo se desviava das belezas arquitetônicas deixadas pelos nossos ancestrais para o retrato da realidade sórdida do desafio injusto que muitos seres humanos têm de enfrentar.

Dediquei os meus primeiros dias na Ilha de Lesbos a entender como as organizações internacionais, assim como as organizações locais, voluntários e autoridades estavam enfrentando a realidade perturbadora dos refugiados.

Além de assistir e de testemunhar o que estava ocorrendo na ilha, ofereci todas as minhas habilidades às diferentes organizações, buscando fortalecer, assim, os seus times. Trabalhamos juntos desempenhando as seguintes funções: (i) recepção dos refugiados nas praias; (ii) auxílio no deslocamento das praias aos campos de refugiados; (iii) distribuição de refeições e roupas; (iv) construção de pisos para as tendas; (v) limpeza da ilha; entre outras diversas atividades.

Contudo, ao final de cada dia, eu retornava ao local em que estava hospedado, desfrutava de um banho quente e de uma rica refeição e, após dialogar com as outras equipes, compartilhando as nossas experiências e dramas, voltava para o quarto e descansava o meu corpo em uma cama que me trazia todo o conforto possível para que eu pudesse me recuperar para o próximo dia.

Muito embora eu estivesse trabalhando em parceria com muitas organizações, rotulei-me como um voluntário independente, já que eu não queria me filiar e representar nenhuma instituição, a fim de gozar da liberdade de agir de forma livre.

A minha primeira surpresa em relação ao trabalho voluntário lá desempenhado não se deu em direção à boa intenção dos voluntários – que, sem dúvida alguma, estão desempenhando um bom trabalho –, mas sim em relação às suas motivações. O termo “voluntourism” tornou-se famoso diante da presente crise pelo fato de que se observa um elevado contingente de voluntários convivendo com a crise e, também, tirando proveito do drama e do sofrimento dos refugiados. Arrisco-me a dizer que o objetivo prevalecente da maioria dos voluntários não reside no trabalho humanitário, mas sim no registro desses momentos, a fim de publicá-los nas mídias sociais, recebendo, desta forma, o título de heróis, por participarem de uma crise humanitária.

Vale destacar que a esmagadora maioria das publicações não traz a autorização dos indivíduos que foram filmados/fotografados, o que fere em sua essência o direito à intimidade, que é um direito fundamental, portanto, englobado pelos direitos humanos. Ou seja, permitimos que ações humanitárias – que mais parecem inteiramente narcísicas – firam os direitos dos refugiados, que, neste aspecto, equiparam-se a atrações circenses.

A minha segunda surpresa deu-se em relação ao número de ONGs em um mesmo local, porém, sem qualquer coordenação e harmonia. Cada uma preocupada com o seu *job description* – questionável sobre a sua eficiência, já que, em crises desta proporção, a variedade de casos é enorme, o que exige uma atuação mais flexível – e com a sua propaganda, que destina grande parte do recurso arrecadado às equipes responsáveis pela produção do material midiático a ser compartilhado com o mundo, o que “legítima” as suas “boas” ações e “empenho”.

O principal foco de qualquer organização se dá, preponderantemente, ao trabalho nas praias. O número de voluntários e de profissionais especializados é sempre elevadíssimo. Em muitos momentos há mais voluntários do que refugiados, o que resulta em uma intensa disputa entre as organizações, jornalistas e voluntários pelo “melhor” “take”.

Presenciei, em diversos ciclos, profissionais agredirem-se fisicamente pela disputa do melhor local, do ângulo mais adequado e do ser humano que passava pelo pior sofrimento, afinal, o drama é a notícia mais rentável. Os veículos de informação estão sedentos pelo drama, pela dor, pela desgraça alheia, e quem está em campo vai fazer o (im)possível para

registrar esses momentos, abandonando, assim, o que deveria ser a principal finalidade da sua ação: o auxílio ao refugiado.

Um fato recorrente é a disputa pelos nenéns e pelas crianças. Assim que o barco alcança a costa, a maratona inicia-se. Voluntários, salva-vidas, fotógrafos, jornalistas avançam na embarcação, retirando e separando brutalmente os filhos de seus pais, sem nada de especial oferecerem. Assim que os recebem, a primeira ação é o “click” e a selfie, que, ao final do turno do seu trabalho, estará nas mídias sociais recebendo diversos “likes”. Superado o momento narcísico, oferece-se algum auxílio.

Realço que a exploração deste drama dos refugiados é extremamente conveniente, uma vez que resguarda um potencial enorme à boa fama e dinheiro daqueles que sobem no palco e roubam a cena, tornando-se os protagonistas. Aos verdadeiros heróis, resta apenas o papel de coadjuvantes.

Neste aspecto, a Ilha de Lesbos é fascinante, por proporcionar um riquíssimo material de trabalho relacionado com o drama dos refugiados, em um cenário exuberante, com pessoas jovens e belas de todo o canto da Europa e de alguns outros continentes. Não é à toa que os bares, a festa e o consumo de álcool é intenso nesses locais, sobretudo no período noturno. Divertimo-nos à custa da vida de nossos semelhantes. Enquanto cantamos, dançamos, paqueramos e nos embriagamos, as famílias e os indivíduos que “socorremos” durante o dia, tentam buscar abrigo nas poucas tendas que disponibilizamos; comer a não comestível comida que oferecemos e acreditar que o pesadelo está chegando ao fim.

Não é segredo algum a lógica selvagem e desumana que vivemos, isto é: permitimos a guerra e depois enviamos ajuda humanitária. Uma dupla maneira de ganhar dinheiro diante da desgraça dos nossos semelhantes físicos, mas não jurídicos, por pertencerem a uma diferente classe: a dos subumanos. Vivemos sob a égide dos direitos humanos, uma hegemonia que se consagrou vencedora e ditadora, já que a maior parte da população mundial não é sujeito de direitos, mas tão somente uma minoria.

Diante deste contexto, resolvi me tornar um refugiado, a fim de viver os desafios e a realidade dos subumanos e, sobretudo, entender de forma prática o elemento central combatido pelos direitos humanos: a opressão. Estudamos e lemos sobre a opressão, mas jamais a sentimos. Trabalhar como voluntário independente já não era mais suficiente para que eu pudesse entender a profundidade da real crise. O meu argumento para defender a minha decisão de passar por refugiado é o seguinte: o refugiado que está na Europa decidiu não ficar na Jordânia, Líbano ou Turquia – que são os únicos possíveis lugares para que fujam da guerra. Portanto, o verbo “decidir” que utilizo para mim está superado porque os refugiados de facto também decidiram fugir. Os refugiados não são migrantes econômicos. A causa é diferente, mas ambos são “refugiados”, do ponto de vista de que são abordados e tratados pelas autoridades europeias, população local, voluntários e ONGs da mesma forma.

Por outro lado, todos os refugiados, dentro da Europa, têm em comum o fato de terem perdido o poder de escolha sobre seus destinos efetivos – e eu ali também perdi. Não importa mais o que você porta ou carrega. Você é um refugiado, portanto, existe um protocolo a ser seguido. É certo que eu poderia a qualquer momento “desistir” da minha “aventura” pois eu não era um refugiado e tinha o meu passaporte. Mas tal não é completamente verdade. No momento em que as autoridades, na Sérvia, perceberam que eu tinha um passaporte brasileiro, eles me prenderam pois entenderam que eu era um refugiado com passaporte falso. O que pode acontecer com alguns refugiados, de facto. E aí eu não tive mesmo escolha. Fui preso e mal-tratado.

Muito embora, nesta trajetória de me fazer passar por um refugiado, eu não o fosse exatamente como quem foge da Síria, eu passei pelos mesmos locais e situações que muitos refugiados, sobretudo no Oriente Médio, sofrendo o mesmo tipo de opressão (como prisões, perseguições, torturas, etc.). Ou seja, abdiquei de qualquer direito e respaldo consular que eu

tinha – o que preenche o conceito de refugiado. Ressalto que não são todos os refugiados que passam por situações extremas como essas. Em verdade, quem tem uma situação financeira favorável pode ter uma viagem sem tantos percalços.

Ao me despedir dos amigos no porto de Mitilini, dei os primeiros passos com a minha nova identidade. Carregando tão somente o meu passaporte brasileiro e, aproximadamente, duzentos euros em espécie, fui recepcionado normalmente pelos funcionários do navio que nos levaria até Atenas.

Após acomodar a minha bagagem, andei pelo barco, que estava cheio de subumanos sonhadores. A nova vida se aproximava, afinal, eles haviam conseguido alcançar a Europa, isto é, um território onde os seres humanos gozam e usufruem de seus direitos, já que a legislação “universal” carrega este imperativo. A tomada de decisão de um indivíduo e/ou de uma família que decide enfrentar uma travessia mortal baseia-se no discurso e na promessa daqueles que oferecem uma nova oportunidade. Quero dizer que, se o refugiado está se deslocando para a Europa, a razão é que os países (não todos) europeus vendem essa propaganda. Foi impossível não perceber a alegria e emoção de cada família, que, após dias, semanas e até meses enfrentando a opressão e a miséria, conseguiram comprar uma passagem em um transporte oficial e seguro.

Após perder de vista as luzes da ilha da Lesbos, uma ação violenta praticada pelos funcionários do navio fez com que eu deixasse o lugar que ocupava para passar o resto da viagem – de oito horas – no chão. Esse foi o primeiro impacto sofrido por mim como um refugiado. Eu não conseguia entender os motivos pelos quais os funcionários nos deram esta ordem, já que havíamos pago o valor integral pelos nossos assentos. Sem qualquer resistência, os refugiados dirigiram-se ao chão com os seus pertences e por ali ficaram descansando, conversando, divertindo-se, enfim, agindo como se aquela (repressora) ação fosse natural.

Ao chegar no porto de Atenas, fui surpreendido com a recepção de nenhum voluntário/organização/instituição, mas sim de empresas de ônibus que vendiam passagens inflacionadas do porto Pireus até a cidade de Idomeni – fronteira com a Macedônia. Completamente sem auxílio, tivemos que confiar naqueles que nos olhavam tão somente como um potencial lucrativo, afinal, o valor mínimo da passagem era 70 euros por passageiro. Os refugiados que têm condições pagam este valor sem pestanejar. Os que não gozam do mesmo poder econômico dirigem-se a praça Vitória.

Como eu me coloquei na situação de um refugiado sem dinheiro, segui o fluxo para a praça Vitória, onde percebi a interação entre as autoridades, traficantes de pessoas e o Wester Union. Muitos refugiados, sobretudo os afegãos, recebem, neste local, dos traficantes, o restante do dinheiro, a fim de seguir a sua jornada em direção a Alemanha, Holanda ou algum país escandinavo.

Solucionada a questão financeira, compramos a passagem de ônibus, que nos levaria até Idomeni. O valor desta passagem foi de 30 euros, inferior à metade do valor praticado no porto. E foi neste momento, quando questionado pelo vendedor dos bilhetes sobre a minha nacionalidade, que tive que inventar uma nova identidade, pois falhei ao tentar responder as perguntas em árabe e em persa. E diante de um bluff, eu afirmei que eu era curdo e que poderia me comunicar tão somente em inglês e/ou em kurmanji (uma das línguas oficiais curdas) – já que muitos curdos apenas se comunicam em suas línguas.

Viajamos em um ônibus abarrotado. Sentamos quatro pessoas em duas poltronas. Não era permitido abrir os vidros, já que os responsáveis tentavam maquiagem a superlotação às autoridades gregas. Em verdade, as autoridades gregas sabiam de todos os esquemas de deslocamento dos refugiados e a sua atuação (repressão) sempre esteve condicionada à questão geopolítica do momento.

Ao chegar em Idomeni, assustei-me com a situação do local. Tendas espalhadas em cima de uma linha férrea. Pessoas andando para lá e para cá com uma expressão exausta e de ódio.

Famílias alimentando-se das poucas plantas que restavam no solo. Crianças encobertas de poeira. Choro. Grito. Desmaios. Desespero.

O número de voluntários era diminuto. A presença das organizações internacionais fazia-se por um número reduzido de funcionários, que, sinceramente, não desempenhavam muitas funções.

De repente, um policial grego abordou-me e me indicou a fila que eu deveria seguir para atravessar a fronteira e chegar à Macedônia. Mas não uma fila qualquer. Em verdade, era um corredor feito por policiais, o que nos remetia a uma sensação e realidade de que éramos criminosos.

Avistei a fronteira – que, para a minha surpresa, distanciava-se radicalmente do que eu havia imaginado: um pequeno portão inserido em uma grade provisória, que obstruía a linha férrea. Naquele momento eu entendi que as fronteiras e a rota dos refugiados ocorrem de forma camuflada, longe da realidade dos europeus. As grandes cidades podem notar a presença de alguns refugiados, mas não as condições e a forma que eles têm se deslocado e sobrevivido.

Naquele dia, a Alemanha publicou um comunicado dizendo que não receberia mais refugiados. Consequência: a “esteira” parou, o que significa que ninguém atravessaria qualquer fronteira.

O único plano possível era o de aguardar a decisão da Alemanha ou alguma solução trazida pela comunidade internacional ou por alguma organização internacional.

Após dois dias, a “esteira” voltou a funcionar, porém, somente para os sírios, afegãos e iraquianos.

Frustração não é a palavra mais adequada para descrever o sentimento e a sensação dos refugiados. Talvez não haja palavras que sejam capazes de descrever o sentimento deles. Afinal, eles foram traídos. Traídos por um discurso falacioso, mentiroso, que assegura a todos a satisfação da sua dignidade.

A partir do momento em que os refugiados, já em solo europeu, entenderam que eles não eram sujeitos de direito, o choque tornou-se inevitável. De um lado temos seres humanos estafados, que foram obrigados a sair de suas casas e de seu país, deixando para trás parte de sua família, a maioria dos seus pertences e, sobretudo, a sua história e raiz. Não gozam de qualquer auxílio de seu governo, sobrevivendo a uma viagem que supera qualquer noção de absurdo, já que são humilhados, explorados e violentados diariamente. Estão famintos, sujos, feridos fisicamente e mentalmente, mas, até então, otimistas diante da certeza de que, assim que alcançarem a Europa, serão abraçados pelo manto da Declaração Universal de Direitos Humanos; e do outro lado, as forças armadas e seus seres humanos obedientes, que seguirão à risca a ordem do superior, pouco importando o objeto a ser enfrentado, neste caso, os subumanos.

Diante desta incongruente realidade, passei a atuar como um mediador entre esses dois grupos, aproveitando-me da minha aparência de europeu para dialogar com as autoridades e, em muitos casos, dar ordens. Eu havia entendido que a vida de um europeu tem um valor diferente, elevado, e que dificilmente uma autoridade iria agir contra um ser humano deste porte, sob o risco de gerar um problema diplomático, sobretudo pela presença dos canais midiáticos, que realizavam as suas curtas jornadas de trabalho, durante o dia.

Ressalto que Idomeni foi o local de grande aprendizado, no sentido em que, ao final do dia, após os funcionários das organizações internacionais e a mídia recolherem-se, permaneciam no “campo” as autoridades, os refugiados e alguns voluntários. Refugiados e voluntários muitas vezes se confundiam, já que a cooperação e solidariedade era algo de esperado entre os dois grupos.

A minha saída de Idomeni deu-se pela ação militar conhecida como “cleaning day” (limpar o campo). Antes do amanhecer, Idomeni estava completamente cercado por policiais

e soldados que chegaram em, aproximadamente, quarenta ônibus lotados. Enquanto dormíamos, as autoridades já se preparavam para nos expulsar.

Os espectadores da crise que ali estavam, fossem voluntários, jornalistas ou profissionais especializados, criticaram tão somente o horário que as forças armadas decidiram agir, afirmando não ser justo despertar os refugiados tão cedo e obrigarem a sua saída do campo. Confesso que concordei com o horário da ação, já que, sendo ela certa, o melhor a ser feito era evitar o conflito e agir enquanto dormíamos, uma alternativa para que não oferecêssemos resistência, minimizando o risco à nossa integridade física. Entendo as críticas relacionadas a este posicionamento – que não concorda com a não resistência – contudo, não existe resistência quando de um lado tem-se subumanos, sem qualquer condição, e do outro, humanos fortemente armados.

A estratégia foi inteligente, mas a execução não eficiente. Após algumas horas, nós despertamos e começamos a protestar, de forma integralmente pacífica, contra a presente ação. Eu me empenhei em continuar mediando os refugiados e as autoridades, até o momento em que me servi de escudo para uma família. Esta, completamente exausta, não conseguia arrumar os seus pertences de forma rápida. Aproximadamente sete soldados assistiam todos os membros da família se esforçarem ao máximo para organizarem os seus bens, até que, uma ordem vinda do comandante – que ali não estava – ordenava uma ação mais ostensiva, a fim de acelerar o processo.

No momento em que o soldado me informou sobre a decisão do superior, os meus ombros desabaram-se e com um olhar efusivo disparei as seguintes palavras: “vá em frente; é a sua escolha; é o seu trabalho. Mas, ao invés de agredi-los, você irá me agredir” – afinal, todos, que ali não estavam, pensavam que eu era um refugiado. Ao escutar as minhas palavras, sobretudo a que trazia a consciência de que essa era uma escolha dele, as lágrimas começaram a desenhar linhas no rosto do soldado e, de certa forma emocionado, ele me acertou três vezes.

A reflexão que faço deste acontecimento é a seguinte: quem nunca esteve em campo não detém qualquer legitimidade para fazer juízo de valor sobre nenhum fato que ocorra em campo. A realidade e as dificuldades das zonas de conflito só são conhecidas por quem as vive. Na minha modesta opinião, tanto os refugiados quanto os soldados são vítimas e escravos de um sistema que é dirigido por quem nunca viveu e/ou viverá uma realidade extrema como essa.

E foi assim que me despedi de Idomeni.

A minha jornada continuou e, ao mesmo tempo que os meus olhos navegavam nos novos retratos e paisagens, eles também enxergavam e viviam a cruel realidade. Esta é hoje vivida pelos refugiados do Oriente Médio, mas que, recentemente, fora vivida pelos indivíduos e povos dos Balcãs.

E são essas pessoas, que ainda vivem com feridas abertas, com fraturas incuráveis da recente guerra dos Balcãs, que compõem um dos trajetos mais perigosos da “oficial” rota dos refugiados na Europa. Temos, portanto, a interação daqueles que hoje são os refugiados das guerras (no Oriente Médio) com aqueles que ainda estão digerindo e convivendo com as memórias e consequências de outra guerra (dos Balcãs). Acrescenta-se a isso a atuação das autoridades formatadas e armadas. Desafio qualquer especialista a encontrar um resultado não catastrófico diante da situação apresentada.

Na Macedônia, o valor da passagem de trem – veículo “oficial” dos refugiados – é de vinte euros, enquanto o turista desembolsa o valor de sete euros na rodoviária vizinha. Assim que questionadas por mim, as autoridades apoiavam suas justificativas no argumento de que os refugiados, além de pagarem o transporte, tinham que contribuir com a manutenção das instalações que ali estavam para auxiliá-los.

Na fronteira entre a Macedônia e a Sérvia, os taxistas me forçaram a entrar em um taxi, para que eu pudesse cruzar a divisa. Cercado por, no mínimo, cinco taxistas, eu só escutava os gritos agressivos que exclamavam: “30 euros! 30 euros!”.

E na cidade de Presevo, fui obrigado e forçado a desembolsar 10 euros para a compra de uma maçã, ao abordar um vendedor e perguntar o valor da fruta, que me surpreendeu com a seguinte mensagem: “você vai comprar a maçã e pagar 10 euros. Caso não queira, você sabe que alguma coisa pode acontecer com você, não é mesmo?”.

Os exemplos acima demonstram o novo status dos seres humanos que deixaram de ser oprimidos e se tornaram opressores. Obviamente essa mudança não se dá por uma justificativa rasa que defende a ideia de que essas pessoas têm predisposição ao crime. É interessante como tão somente o negro favelado no Brasil é criminoso; que tão somente o árabe muçulmano é terrorista. Não se exige um grande esforço intelectual para que apontemos a causa, que é comum, a todos esses estereótipos: todos são vítimas de exclusão do sistema vigente. A exclusão que os coloca na categoria de subumanos. Oprimo para não ser oprimido; ou, oprimo pois já fui oprimido, ou seja, é o meu acerto de contas com o mundo, independente de quem seja o destinatário da minha opressão.

Dizer que os indivíduos que enfrentam a opressão por anos são “não desenvolvidos” é de uma ignorância sem precedente, sobretudo pelo fato de não vivenciarmos este tipo de situação. A bem da verdade, quem carrega a falta de desenvolvimento e de discernimento somos nós que, cientes dos problemas, mantemos a nossa rotina sem titubeios, enquanto a realidade dos nossos semelhantes é tenebrosa.

Realço que a opressão está tão enraizada em nós, que a praticamos diariamente, sem percebe-la. Foi em Presevo que percebi essa conturbada situação, quando uma voluntária repleta de boas intenções abordou-me sem pedir licença e começou a colocar o chá em minha boca, sem se preocupar se eu gostaria de ser servido ou não. O queimar a boca não foi a maior frustração, mas sim a cegueira da voluntária que não percebia a sua ação opressiva, isto é, a minha decisão e o meu desejo – que não era o de tomar o chá – era inferior à sabedoria que a voluntária trazia, a qual me obrigava a abrir a boca e engolir a bebida, pois isso era o melhor para mim. Em outras palavras, a opressão está disseminada, também, nas ações que visam a ajuda humanitária.

A rota balcânica proporcionou-me experiências e vivências que traziam o lado mais obscuro do ser humano. E, mais uma vez, chamo a atenção para o fato de que todos ali são vítimas do sistema vigente, já que conviveram com a realidade de se perder o poder de escolha. E não há nada mais agonizante do que isso.

O frio era enlouquecedor. A fome fazia com que o meu corpo se corresse, buscando qualquer fonte de energia. O cansaço e a febre tornavam o delírio como uma possibilidade real. E diante desta profunda lamúria, a chuva passou a regar o meu corpo, que já não tinha qualquer resistência, enquanto esperávamos o trem ao lado de fora da estação. E, em um ato simples, porém, carregado de magia, um pai refugiado me abordou e disse as seguintes palavras: “Filho, dê-me um abraço, você está precisando. Mesmo não sendo um refugiado você resolveu viver como um de nós, e a única forma de sobrevivermos a esta crise e alcançarmos a Alemanha é compartilhando o nosso amor entre a gente, já que ninguém irá nos auxiliar”.

Confesso que ao mesmo tempo que senti toda a alegria do mundo ao ser percebido por alguém, senti-me completamente envergonhado, afinal, eu estava ali para dar qualquer suporte a ele, e não o contrário. E não conseguia entender o tamanho da sensibilidade desta pessoa que identificou a minha fraqueza, oferecendo ajuda, sendo que estava viajando com a sua mulher e três filhos.

E a partir deste momento, eu entendi o que está por de trás da perseverança dos refugiados, e de todos aqueles que são vítimas da opressão: o ato de amar. Muito embora o

discurso pareça romântico, apenas entende esta mensagem aquele que já sentiu o gosto da opressão e o amargo da perda do poder de escolha. A bem da verdade, eu desmistifiquei o amor romântico que está impregnado em nossa sociedade, passando a entender que o amor é muito mais do que um sentimento; é, sobretudo, um comportamento. Amar um estranho ou alguém que não gostamos foi uma das grandes lições aprendidas com os subumanos.

Após a Sérvia, segui em direção à Eslovênia e, posteriormente, à Áustria. A partir deste ponto, a crise ganha uma organização melhor e algumas das perversidades triviais dos locais anteriores deixam de existir. Após 26 dias, conclui a minha missão na Alemanha, em Frankfurt, quando passei a usufruir, novamente, de todos os privilégios e direitos que, por obra do acaso e da sorte, me foram concedidos.

Vale lembrar que a chegada na Alemanha, ou nos países que os refugiados decidem aplicar para o asilo, não lhes retira o status de subumanos que carregam, muito pelo contrário. O termo “refugiado” está tatuado em sua vida, visível aos olhos de todos, que certamente continuarão lhes oprimindo de forma camuflada, porém legitimada por um discurso hegemônico revestido de argumentos que visam a proteção da dignidade humana.

Mas já é sabido que, em sua essência, este discurso não passa de um artifício que visa satisfazer o monstro faminto das elites econômicas, que concentra, em suas ações, a ambição, ganância, poder e opressão. São esses os direitos humanos de que tanto nos orgulhamos. Lembremos: “cada dia é um novo jogo, para quem quer vencer”.

“Dare to Care”

Ana Perpétuo²

annie@sapo.pt

Quando aterramos em Skopje (Macedónia), no dia 5 de dezembro, tínhamos à nossa espera aquele que foi o nosso anjo da guarda no campo de transição de Gevgelija. Kemal recebeu-nos com a seguinte frase: “Welcome to the hell”. Dias mais tarde ouviria da sua boca o seguinte desabafo: “It’s hard to be me”. Kemal é um anjo da guarda daquele campo. Bósnio, deixou a família, emprego e está a trabalhar no campo 24 horas por dia, 7 dias por semana. Como ele, no campo, existem mais cinco, seis pessoas, no máximo.

Pensava que ia mais do que preparada para aquilo que iria encontrar. Afinal, a larga experiência que tinha a trabalhar com populações desfavorecidas, só me podia dar condições mais do que suficientes para ir nesta missão. Antes de ir pesquisei muito, li muito. Quando lá cheguei de imediato percebi que não sabia nada.

A falta de humanismo: todas as pessoas que trabalham no campo, incluindo os funcionários das ONG, são pagas. É um emprego como outro qualquer. Não há humanidade associada ao que estão ali a fazer e veem os refugiados como o “inimigo” ou um “terrorista”. Quem? Todos, desde funcionários das ONG aos militares e polícias. Com este tipo de pensamento, imaginam vocês como são tratados?

A vontade de chorar é constante, um misto de raiva por ver tanta corrupção à nossa volta, tanta falta de humanismo, e muita tristeza aliada à lucidez de que pouco mais podes fazer. Olhas à tua volta e vês imensas crianças. Limpam-se as lágrimas porque, entretanto, já tens à tua frente pessoas a pedirem-te sapatos, meias secas... E o choro ou fica para mais tarde ou choras às escondidas, para lavar a alma e seguir em frente.

É vergonhoso e revoltante serem os voluntários a dar o exemplo de como as ONG se deviam comportar. É vergonhoso e revoltante serem os voluntários a dar o exemplo de como os governos deviam e podiam agir. Não somos heróis, mas de uma coisa íamos munidos, “humanismo”. E isso fez toda a diferença, a preocupação que tínhamos de percorrer o campo de cima a baixo. Éramos os únicos a fazê-lo, dia e noite, a falar com as pessoas, dar informação de coisas básicas, como por exemplo a existência de uma sala no campo para mães e crianças, quando o comboio tardava em chegar e a espera era desesperante, porque não podiam ir para a fila guardar vez, pois poderiam ser surpreendidos com uma bastonada dos polícias.

A Unicef tinha duas tendas, mas só uma estava aberta, a outra ficou fechada porque o aquecimento avariou. Na Cruz Vermelha quase era necessário mendigar por um simples

² Animadora social, 43 anos, voluntária da Go Humanitarian – Grupo de Operações Humanitárias.

comprimido para uma dor de cabeça, um penso rápido, ou até mesmo um bocado de água quente para um biberão de leite.

Se os funcionários estão cansados e em burnout, o que acredito que seja possível, as organizações responsáveis que substituam estas pessoas, para minorar o seu desgaste e para que esse mesmo desgaste não caia em cima de quem mais precisa deles.



Fig. 1. Campo temporário de Gevgelija. Dezembro de 2015.

A espera pelo comboio era desesperante. Nunca se sabia a que horas chegava. Só os militares e a polícia tinham essa informação, embora existisse no campo um quadro em que supostamente estavam escritos os horários de saída. Era para inglês ver, pois contam-se pelos dedos das mãos os dias em que aqueles horários de partidas de comboios eram cumpridos. Podiam partir de 8 em 8 horas, como de 12 em 12, ou até 24 horas. Os bilhetes custam 25 euros por adulto (para um “local”, o valor é aproximadamente 5 euros) e os bilhetes só podem ser comprados no momento de embarque, num guichê pequeno junto aos portões de entrada no comboio.

Os comboios vão sempre sobrelotados (chegam a transportar mil pessoas, quando a capacidade é entre 600 as 800 pessoas, dependendo do número de carruagens) e não esperam. Esteja a família toda ou não, o comboio arranca. E é assim que se vão desmembrando as famílias ao longo deste corredor de refugiados. Há centenas de famílias que procuram filhos, pais, irmãos perdidos algures nesta Europa.

Houve uma noite em que não venderam mais bilhetes, porque o papel acabou, e houve pessoas que não entraram naquele comboio porque o papel dos bilhetes tinha acabado! Poderia ser cómico caso isto não se passasse num campo de transição, mas chega a ser ridículo.

À noite é ainda mais duro, ninguém dorme.³ E vimos de tudo: crianças doentes, bebés com birras de sono, outros tantos com fome (muitas vezes não havia água quente para um simples biberão de leite), idosos, jovens, pessoas em cadeiras de roda, mulheres grávidas. À noite, são as fogueiras na rua que lhes aquecem o corpo, porque a alma já dificilmente aquecerá. As esperas pelo comboio são feitas numa das duas tendas gigantes que estavam perto da linha do comboio. Estas tendas têm capacidade para 250 pessoas, com bancos corridos de madeira e chão contraplacado. E enquanto se espera pelo comboio, não há condições mínimas de dignidade e calor humano.

A comida (um lanche oferecido à vez entre várias organizações, sandes, biscoitos ou pão com sumo) é dada à entrada do campo. Lá dentro, uma vez por dia, a Caritas distribui copos com sopa de pacote. E de vez em quando, quando estão bem-dispostos, há chá. Isto até seria menos grave se se tratasse de um centro de transição, como oficialmente as autoridades chamam a este campo de refugiados, mas quando se espera mais de 12 horas, ou até 24, por um comboio, pela noite dentro, embrulhados numa manta “caridosamente” dada pela Cruz Vermelha (quando as há), o campo já não é bem de transição.

Quando o campo está cheio, o “excedente” – diga-se “as pessoas” – são enfiadas noutras tendas provisórias, sem bancos corridos, sem luz, nem aquecimento, com chão de gravilha. Há crianças a dormir ao relento, sem que ninguém se preocupe em ir buscá-las e levá-las para um local mais abrigado. A ideia com que venho e que mantenho é que **estive dentro de um campo de concentração em pleno séc. XXI** (sem câmaras de gás), mas no qual a tortura psicológica é feita pela incerteza de quando chega o próximo comboio, e a física pelo frio e fome a que são sujeitos. E de vez em quando a força policial faz-se sentir através de cacetadas que caem indiscriminadamente sobre quem se atravessa à frente dos militares em alturas de grande tensão no campo, como foi a noite que lá vivemos da greve dos taxistas – abutres que lucram com a desgraça alheia, que inflacionam o preço das viagens. Bloquearam a linha do comboio, por não lhes enviarem clientes refugiados a quem cobram 100 € por viagem (25 € cada pessoa).

Dentro do campo, havia militares e polícia que nada fizeram para acabar com aquela greve. Estranho, no mínimo, e as pessoas naquele dia permaneceram 15 horas ali, sem as mínimas condições, quase deixadas à sua pouca sorte. Claro que os ânimos acabaram por se exaltar, claro que houve bastonada dentro de uma das tendas para conter os ânimos. Houve o cuidado de fechar a tenda, para que longe dos nossos olhares se pudesse conter uma multidão em fúria. Passado algum tempo, vimos passar macas da Cruz Vermelha, mais uma vez tinham-se excedido nas bastonadas...

O Dia Internacional dos Direitos Humanos, que também por lá foi celebrado, levou ao campo jornalistas polacos e holandeses, bem como alguns altos representantes institucionais da Caritas, Cruz Vermelha e Nações Unidas. Um dos representantes em destaque foi Marc Dullaert. O protesto dos taxistas, no dia anterior, surtiu efeito e pela primeira vez em várias semanas foi possível aos refugiados seguirem viagem de táxi e autocarro, quando entraram os jornalistas e as individualidades no campo.

³ A autora utiliza o estilo Bold para realçar algumas ideias da sua experiência no campo de refugiados.

Às 10 da manhã desse dia vivia-se uma calma fora do normal e uma organização impecável: funcionários de todas as organizações a andarem campo abaixo, campo acima, houve distribuição de comida várias vezes durante o dia, até os militares e a polícia estavam simpáticos e atenciosos, a ajudarem calmamente na organização de filas para os comboios. Nesse dia saíram do campo, até às 16 horas, três comboios. E pela primeira vez vi aquecimentos dentro de algumas tendas, pela primeira vez vi todas as tendas abertas e a funcionarem, vi técnicos a interpelarem as pessoas, até vi senhores importantes a brincarem com as crianças.

Pensava eu que esta hipocrisia não se via nestas situações e nestes lugares, que por aqui era de outra maneira e era outra a forma de pensar o outro e de trabalhar. **Enganei-me.**

Uma noite andava com a Ângela a distribuir luvas e gorros e fomos abordadas, por dois polícias, da seguinte forma: “Portugalia, we want gloves for big child”. Entredentes e sempre de sorrisos nos lábios, troquei com a Ângela “mimos” em português, sobre aqueles indivíduos, ao mesmo tempo que procurávamos dentro do saco as tais “big gloves” e respetivos gorros. Quando os entregámos, um deles, depois de calçar as luvas, levanta os braços e no meio de uma tenda cheia de pessoas que queriam descansar começa a cantar “I feel good”. Viram costas e lá foram continuar a sua ronda, todos contentes porque tinham mais uma vez obrigado os “portugalia” a darem-lhes coisas. Não dar nem se punha em questão, pois significava comprar uma guerra desnecessária que poderia pôr em causa a nossa continuidade dentro do campo. Revolta muito grande com isto.

O exemplo mais gritante que tivemos desta troca de favores, foi mesmo a TV comprada e oferecida a alguém, como prova de agradecimento da sua bondade em nos ter deixado estar ali a trabalhar como voluntários. Uma TV foi o quanto tivemos que pagar para trabalhar e para poder entrar com as compras que fizemos na cidade, barato, se pensarmos no que de bom conseguimos fazer, e que foi muito, assim haja dinheiro para comprar as influências e o humor de quem ali detém o poder...

E pergunto eu, sabendo que a UE está a dar dinheiro a estes países para fazer face e ajudar nas despesas com os refugiados, e sabendo eu como funciona a fiscalização destes dinheiros em outras áreas, onde está a fiscalização e o controlo destes apoios que são transferidos? Como sabem os senhores que estão em Bruxelas se estes fundos estão a ser bem aplicados e bem geridos?

A falta de informação: nenhum dos refugiados que se cruzou connosco estava, por exemplo, a par das possibilidades de asilo nos outros países europeus que não a Alemanha. Muitos desconheciam que Portugal, por exemplo, os poderia receber, bem como Espanha, ou outros países que fazem parte da Europa. A Alemanha é-lhes dada como um “el dorado”.



Fig. 2. Grupo de Voluntários/as da *Caravana da Esperança*. Dezembro de 2015.

Levámos connosco mapas da Europa, com Portugal assinalado. Quando não sabiam falar inglês (o que era raro), dávamos-lhes para a mão um papel traduzido para árabe, onde explicávamos onde ficava Portugal e como tinham de fazer para pedirem asilo. A uma dada altura fomos avisados para não mostrarmos mais o mapa e o papel, pois se fôssemos apanhados pela polícia ou militares poderíamos ser presos ou postos fora do campo sem poder trabalhar.

Valeu-nos ainda o nome de Cristiano Ronaldo ou até do Mourinho, para início de conversa e para lhes arrancar um sorriso. Ficámos a perceber que há muitos fãs na Síria, no Afeganistão.

A todos, os que nos foi possível, passámos a informação. **São muitos os que vão pedir para serem recolocados em Portugal** assim que chegarem ao local certo para o fazer e que querem iniciar uma nova vida. E pergunto eu, por que é que o governo português não cria pontes aéreas da Grécia para Portugal, evitando assim que alguns milhares de pessoas façam a Rota dos Balcãs? Por que é que o governo português não dá um passo à frente na sua ajuda e cria equipas para irem para o terreno trabalhar (na Grécia), fazer triagem das pessoas que querem pedir asilo no nosso país? Há voluntários dispostos a isso, e que podem ajudar funcionários do SEF por exemplo. Por que é que a Europa não cria viagens seguras a partir da Turquia, acabando com as travessias inseguras por mar?

Desengane-se quem alguma vez pensou que me senti ameaçada ou insegura junto dos refugiados (e estive algumas vezes sozinha). Pelo contrário, gratidão era aquilo que encontrava nos olhares. Gratidão, foi o que vi no olhar de um senhor, com os seus 60 e poucos anos, quando lhe estendi a mão para lhe dar um gorro e umas luvas ainda dentro da embalagem, e depois de lhe terem explicado em árabe que não tinha de pagar por elas. **Nunca vou esquecer aquele olhar, o olhar alegre das crianças**, a quem um simples frasco com bolas de sabão fazia esquecer por momentos as imagens da guerra, que estão marcadas e guardadas nas suas cabeças, os sorrisos arrancados com magias de sopro e quando lhes davam berlindes.



Fig. 3. Autora com uma criança. Campo temporário de Gevgelija. Dezembro de 2015.

Que sirva este meu depoimento para quem não está a fazer rigorosamente nada e ainda ganha à conta da miséria humana. Eu estive no inferno, e porque senti com todos os meus sentidos, não consigo esquecer, nem quero. Vou regressar em meados de março. Os meus três amigos do grupo regressam já dia 5 de fevereiro. Estamos com uma campanha de recolha de donativos em dinheiro para levar, “Dare to care”. Envolvam-se, ajudem-nos, porque a diferença faz-se fazendo, porque nós estamos dispostos/as a continuar a mostrar como é que se faz a quem deveria fazer. A nós dói-nos o mundo e a eles também...

Muros da Vergonha/Fences of Shame⁴

Ângela Marques⁵

angela_d_marques@hotmail.com

“Não sou nem ateniense, nem grego, mas sim um cidadão do mundo.”

Sócrates

A definição de compaixão, *per se*, transcende em muito o conceito de pena e caridade. Implica sentir com o outro, sair de si, não ser reflexo de, não julgar da sua perspectiva própria e individual. Compaixão deveria estar, por isso, na base de qualquer relação humana, pois será, por definição, o motor da própria humanização das relações. Sou, na minha essência, um desses seres humanos que sofre profundamente com tudo o que agride essa humanização cada vez mais escassa. Sou, na minha essência, um desses seres humanos que chora com facilidade e ri num piscar de olhos, porque me permito ser e sentir com pouco filtro. Sou, na minha essência, um desses seres humanos a quem urge agir em socorro do outro. Sou. Mas quando me pedem que pare e pense, que escolha uma, então não, não foi esta a grande motivação que me levou aos campos de refugiados europeus.

Em agosto de 2015, face ao primeiro pico da crise migratória que vivemos hoje, contactei o Conselho Português para os Refugiados (CPR), procurando clarificar qual o procedimento legal para que pudesse registar-me como família de acolhimento. Esta opção parecia, à data, a única que tinha dentro da minha capacidade de resposta a um problema que acreditava ser de todos nós. O tempo de não resposta alongou-se: um mês, dois meses, três meses... estamos em novembro de 2015 e continuo a pedir de duas em duas semanas uma actualização que nunca chega. A par e passo, crescem as manifestações públicas e virtuais de uma profunda ignorância face aos requerentes de asilo que batem à porta da Europa, crescem medos mal esclarecidos, crescem posturas supremacistas e xenófobas que diariamente põem em casa o sonho europeu que estive na base da minha educação para a cidadania. A angústia cresce-me no peito na mesma vertigem diária em que perco a fé no Homem.

Em dezembro, junto-me à Caravana da Esperança, da Associação “Famílias Como as Nossas”, movida por um ímpeto mais político que solidário. A minha acção é, para mim própria, a minha afirmação de Europa. Somos o que fazemos, não o que dizemos e, por isso, se durante meses me atirei à lama de discussões virtuais ou presenciais pelo papel que todos temos de assumir para que possamos chamar-nos Europeus, a culpa que o mundo partilha está também nas minhas mãos, e devo às minhas palavras, actos. Parto como afirmação de que não aceito novos muros, não reconheço as fronteiras de arame e as nacionalidades de papel, não compactuo com a violação das leis que foram a base de um projecto de paz a que se chamou União Europeia. Não em meu nome. Não.

⁴ O texto está escrito em português e inglês, por opção da autora, como forma de expressão da sua experiência diferenciada enquanto voluntária em campos de refugiados.

⁵ Licenciada em Publicidade e Marketing, voluntária em missões na Macedónia e na Grécia.

Sobre Gevgelija, dezembro 2015 – “Was it cool? Did you enjoy it?”

“Was it cool? Did you enjoy it?” – People ask over and over again, unaware of the twist it makes me feel in my stomach. It’s like a punch in the face. I stay in silence for a while, take a deep breath, and force myself to be that person who truly just wants know how I feel but, just for not knowing better, chose the wrong words. Then I shake my head looking down on my feet and I say: “I really don’t wanna talk about it, OK?”.

No, there’s nothing cool about it. Welcome to hell, they told us, and learn fast, and we did learn fast.

Every night now, I close my eyes thinking “how many trains were there today”? How many groups arrived? Are there enough clothes? Is it too cold? Who’s talking to them about their options to settle? Who’s sharing their stories not to be forgotten? ... I’m back ... to my little job which I love, to my little life, and everything feels empty, because I’ve learnt fast. I’ve learned fast.

“Was it cool? Did you enjoy it?” – Breathe. Just breathe. All faces pass in front of me again, and again. The names, I’m confused about the names. I think about that afghan couple, civil engineers, they carry a baby, a seven months’ old girl, they want nothing for themselves ... “but sister, please, if you could give us clean clothes for the baby. Sorry to ask, but she’s dirty because of the dipper. Sorry sister.”....

The girl wasn’t a little soiled; it was like all of her inside clothes had turned into a shitty wipe. She came like that since Greece because there were no clothes for her in Idomeni. She’s crying. The mother is crying. The father walks with his head down. They say they’re sorry. They just asked for clean clothes. And they’re sorry.

“Was it cool? Did you enjoy it?” – I see the first family I met, from Syria, two brothers travelling with their wives and children, two each. “Sister, I’m sorry, can you tell us when the train will come?” – “We never know, my brother, you just have to wait here until the police calls to the line”. We’ve waited together for a while, he told me his story, how he sold his life to run away from the war, how he will never go back, because all he once loved is now the testimonial of a nightmare. I tell him about Portugal, Spain, the Netherlands, and he’s confused, they think only Germany and Belgium are receiving people. “Why is there no system? Why are there no information points in each camp, so we know better? Why don’t they talk to us like you do?” I look down feeling ashamed of my first world Europe, he understands, and he says he’s sorry. He says he’s sorry to expect human treatment. He’s sorry.

“Was it cool? Did you enjoy it?” – Today I dreamt about Mahdi, the man I met on my last night shift. He came to me asking for shoes, wearing only flip-flops on a one degree celsius night. I don’t have shoes, I feel like crying for that, but I don’t. I go to the next door and ask for a hot tea for him and his brother Saad. I give him the comfort of my will to know him. In his bad English Mahdi tells me “Syria. Daesh!” and passes his finger thru the throat. I smiled; I imagined what the fearful ignorants would say if that was taped on video. Those fools. I say to him “Mahdi, you’re telling me you came from Syria to flee from the Daesh or are you threatening me that you came from Daesh?”, he turns white as snow, opens his eyes in despair and answers “I’m running sister! I’m running from hell of the Daesh! I’m telling you the Daesh will take all good left in Syria! Why would you ask me that?!”. Poor man. He believes we’re all good in first world Europe. I answer “you should then beware. If you tell it to people like you told me, with the gesture, people will think you are threatening them. Europe is afraid brother. They’re afraid of you, so they are prepared to hate you. It’s easier to hate”. Saad looks at me, then he looks down. He cries. Mahdi only says: “But you are here. You talk to me. You explain. You not afraid?” Poor man. I hold his arm; tell him “we can’t all be afraid, can we? I’m here for you. If it happens that you’re from the Daesh and I have to

die here with you, then that's what it will be. I'm here for you now, because I chose to be". He cries. He says he's sorry. He's sorry for our fear. He's sorry for my shame. He cries and he asks permission to embrace me. He asks permission.

"Was it cool? Did you enjoy it?" – No. I understand the confusion in people's heads. I do. I force myself to accept this question. But you should know in your hearts: It makes me sick. It makes me want to scream at you. It makes me feel ashamed. It wasn't cool. There was nothing enjoyable about it. But my heart and soul stayed there, and therefore I must go back, because when you've seen it, you can't ignore it anymore.

Sobre Idomeni, março 2016 - Fence of shame.

It has been a while since I've faced the relief of an empty page to let the words out of my chest and, finally, drop out the tears locked inside. For the last three weeks we have been living beneath the game of power played by those who have the last word upon the iron walls dividing the world. I look on people's eyes, I hear their stories, I share their hope, I see their dreams... and keep to myself the rage of not being able to carry their weight on my shoulders through the doors of this dying Europe.

For how long, I say, for how long will the sons of Europe deny their very own foundations? Where is it, I say, where is the greatness we were told to be part of our principles? Have you forgotten, my brother? Have you forgotten the blood in the ground you claim as yours to keep? Can't you hear, my sister? Can't you hear that we all cry the same language when we are born? Who are we? Who are these humans who feel nothing but the cold that reaches their very own skin?

I laugh towards those who speak to me about the history of Europe's freedom and are too little to realize that this freedom we have conquered means nothing from the moment we choose to live in fear, watching dead from a television window. I laugh of pity, I laugh of sadness, for I am too a child of this Europe with no soul.

Are you afraid? Do you even know what you are afraid of? I give my heart and soul everyday in every hand I hold, in every child I kiss, in every tear of despair I dry on someone's face. I give my heart and my soul, and I can only grow from all they give me back. You will never, in your entire life, get to know such a capacity to believe besides all the odds against you. You will never in your life get to know such resilience. You will never in your life get to know the true meaning of hope.

Fear? I share only their own, the same we should all feel, as humans, 'cause we all bleed red.

Sobre Idomeni, abril 2016 - "What would you do, if it was you?"

- "What would you do, if it was you?"

This is one of the questions that I've heard the most for the last few months.

- "I don't know. It is not me."

I can tell without others' help this is not the answer people expect to hear. I can tell without others' help this is not the most popular answer to give. I can tell from the bottom of my heart, this is, in my opinion, the most honest answer any of us could give to that question.

Empathy means that I can get out of my shoes and share the path with these people who arrived here with a hand full of dreams and a backpack full with memories, I can get out of my shoes, my home, my life, and hold their hand, listen to their words, provide them, as possible, with the dignity all humans deserve. I can get out of my shoes, but I can't ever get into theirs, because I had the privilege to live for 31 years without knowing a war at my door.

This I try to remind myself every single day: I know nothing about what they really feel, what they really fear, what holds them together in their endless hope on what may come after, I know nothing. And I shall not have the arrogance to assume otherwise, or I will be falling in

the place of judging something I can't really understand. This I try to remind myself every single day. I can hear all the stories, I can hold every child, I can share every tear around me, I can even fall asleep in the arms of the man this path brought to my heart, and still, I know nothing.

The truth is: you don't need to know that answer. And the moment you stop thinking about it in search of yourself to justify your attitude towards others, you will have the space to accept that it matters not if you are similar or not, it matters not if you understand or not. You just look through the biggest window of what should be the basic principles of humanity, you just let your heart show you how you feel about the situation in front of you, you just hear what your guts tell you is the right thing to do from where you stand, you just make peace with yourself first.

What would you do, if it was you?

It's you. Here. Now.

What are you going to do?

Sobre Idomeni. Sobre a parte de mim que ficou. julho 2016. – I loved the way he smiled.

I loved the way he smiled ...

... as I held to the deep warmth inside that window of light, promising everything would be ok.

It took me a while to realize how precious for me these moments became, so quickly.

From the moment we met, when he arrived coming out one of the many buses I was there to receive, on that long night in February ... my shift had started around 8 pm that night, and I worked like a maniac till 11:30 am of the next day, drowning in an endless flood of people arriving, insanely attempting to provide them shelter, clothing, food, warmth by the fire ... and he was there, smiling ... "You guys need help?", he asked, smiling through his own cold and needs.

And he helped. From the first moment he was there he helped, putting others before himself.

It's an amazing discovery to find shelter in someone looking for his own safe place. How every day, since we met, the warmth of that smile and kindness of that pure heart made me believe again and again that it's worth, every day, every tear, every sleepless night.

I loved the way he smiled ...

... when all was falling around us, when hell was growing and taking every living soul in hopeless Idomeni ... there, in his shiny eyes and in his perfect smile I found heaven, and then I always knew everything would be OK. Sooner or later it would.

For two months now we said goodbye. We spoke promises of a strength that neither of us knows where to find. A strength that might even not exist but what else is there to hold on to? What else is there to rely on? No answer, no politics, no paper, not even money can buy this freedom every human being should be granted.

So we wait. We wait for all, and we wait for nothing, like many thousand others do, away from your daily news spotlight. We wait.

Today is 25th day of his name. Today the world is better. For me, for all who have the bliss and honor to meet his smile along their way. Today, like the day before, I can't put in words the cold pain inside my soul for being here, hands tight, waiting. When "Happy Birthday" seems such vain a phrase to say to a man dying inside, how do you face it? How do you put down in words what words can never tell?

I loved the way he smiled...

... and I still do, because at times you have nothing else, maybe memory is the one thing no one can take away from you.

Abuso de poder político e quotidiano nos campos de refugiados/as⁶

Cristiana Antunes⁷

Primavera Árabe

Uma onda de revolta contra os governantes e a opressão causada pelos mesmos à comunidade levou à formação de grupos de rebeldes. Estes iniciaram a sua organização, levando a cabo ataques com o objetivo de destituir o governo do seu país. A este movimento revolucionário foi dado o nome de “Primavera Árabe”, que aconteceu no Médio Oriente e no Norte de África. Tunísia, Egipto, Líbia e Iémen foram os países que viram o seu objetivo alcançado, todos os quatro viram os seus governantes destituídos, dando início a uma reforma política. Contudo, outros tantos governos acabaram por ficar intactos, como no caso do Iraque, da Síria, de Omã e de Marrocos.



Fig. 1. Imagem alusiva à Primavera Árabe.

Conflitos armados entre a população, os rebeldes e as forças militares levaram à fuga de milhares de pessoas, na sua maioria para países vizinhos e para a Europa, o que deu origem à grande crise dos/as refugiados/as de que falamos.

⁶ Texto de opinião de uma das estagiárias, elaborado a partir da experiência/atividades/discussões desenvolvidas no estágio Ciência Viva realizado no CES.

⁷ Aluna do ensino secundário, na Escola Secundária Padre António Vieira, S. João da Telha, Lisboa.

Apenas recentemente, para a maioria das pessoas, a realidade dos/as refugiados/as se tornou visível.

A linha abissal entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento revela um desprezo para com estes dramas que mais parece configurar um cenário equivalente a uma terceira guerra mundial.

Começam, assim, a chegar ao nosso dia-a-dia notícias de bombardeamentos, de naufrágios e do perigo iminente que é vivido no Médio Oriente, no Norte de África e nas travessias para/na Europa.

Travessia marítima

A maioria dos/as refugiados/as provém da Síria, Afeganistão, Somália e Sudão. Existem diversas rotas para a chegada dos/as refugiados/as e migrantes até à Europa. Salienta-se, no entanto, aqui, a rota do Mediterrâneo Oriental com travessia da Turquia para a Grécia e a rota do Mediterrâneo Central entre a Líbia e Itália. Tendo em conta as zonas de embarque, estes migrantes veem-se obrigados a atravessar para zonas limítrofes de modo a chegarem aos países a que irão pedir asilo, normalmente, político.

A passagem dos migrantes do Norte de África e do Médio Oriente para a Europa faz-se através de embarcações frágeis e sobrelotadas, nas quais um lugar pode atingir valores exageradamente elevados, sem qualquer garantia de segurança.

Tendo em conta o número de naufrágios e afogamentos no Mar Mediterrâneo, para muitos este já é considerado uma sepultura comum.

Após a comunicação de todos estes factos pelos media, poucas foram as associações humanitárias e de paz a agir, não impedindo o tráfico humano de aumentar ainda mais.

A ação de inúmeros activistas dos direitos humanos e de voluntários independentes levou a que bastantes episódios sobre as travessias se tornassem conhecidos em todo o mundo, conduzindo a uma verdade inegável: há todo um mercado paralelo que se desenvolve com a crise de refugiados/as.

Existem diversas ordens militares, diversos departamentos policiais, contudo, o tráfico humano está a atingir números cada vez mais elevados a cada dia que passa. É do conhecimento público que centenas de pessoas fazem aquelas travessias todos os dias, mas não há quem impeça os traficantes de agir e os acuse. Estamos perante crimes e atentados graves, crimes que se vulgarizam e se desprezam. Muitos dizem já que se tratam de vários assassinatos em série, mas a questão é saber se os assassinos são só os que traficam os migrantes ou também aqueles que ignoram os traficantes? Servem os proveitos do tráfico apenas os interesses dos traficantes ou outros interesses, nomeadamente políticos?

Fecho das fronteiras – campos de retenção

Várias teorias apontam no sentido da manipulação da informação que chega ao público sobre a guerra e a crise dos/as refugiados/as. Considera-se que, talvez, este seja um dos fatores que levou a população europeia, na sua maioria, a temer a chegada dos migrantes, já que estes se tornaram sinónimo de “problemas”, de “terror”.

O medo, o desconhecimento e o não saber como agir levaram alguns governos a optar por fechar as suas fronteiras. Tal impediu a entrada do fluxo de migrantes, levando a uma permanência dos requerentes de asilo em campos, onde as condições são cada vez mais degradantes.

Os campos de passagem transformaram-se em campos de retenção, na sua generalidade militarizados. Os invernos foram rigorosamente sentidos por quem ali ficou. Segundo os

relatos das voluntárias, Ana Perpétua e Ângela Marques, a distribuição de agasalhos foi condicionada pelos militares no campo em que estiveram, na Macedónia, o que dificultava seu o trabalho humanitário.

Quando o grupo de voluntários a que pertenciam se organizou para recolher donativos, de forma a comprar agasalhos para proteger as pessoas das condições climatéricas adversas, os guardas disseram-lhes que a única maneira de fazerem os bens entrarem no campo era comprando um presente para o diretor, pessoa responsável por todos os/as refugiados/as que aí se encontravam, e que tinha a obrigação de assegurar um bom tratamento dos mesmos. O comportamento deste diretor é apenas uma amostra da forma negativa como alguns dirigentes e responsáveis se comportam no terreno. Por sua vez, também várias instituições solidárias foram acusadas de negligência por voluntários independentes.

A realidade dos campos de refugiados/as

Os campos de refugiados/as são locais onde as pessoas permanecem, supostamente temporariamente, e onde se devem sentir seguras. Salvo raras exceções, os campos são militarizados. Pessoas que fogem da guerra acabam, assim, dentro de um cerco rodeado por homens armados, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana.

A capacidade de acolhimento destes campos foi ultrapassada de forma inacreditável. Campos com capacidade para quatro mil e quinhentas pessoas passaram a albergar mais de doze mil. Os mantimentos são mínimos, sendo a fome uma constante.

Muitos/as refugiados/as estão sozinhos, perderam as suas famílias na guerra, na travessia ou até mesmo na organização do próprio campo. O contacto entre familiares é reduzido, levando a que muitos membros de uma família se separem por tempo indeterminado.

Alguns fotógrafos, jornalistas, voluntários independentes e ativistas que não se conseguiram manter afastados da realidade dos campos com o objetivo de partilharem a verdade com o mundo, apresentaram-se muitas vezes como refugiados/as, vivendo exactamente nas mesmas condições. Uma fotógrafa portuguesa ralata o desespero de alguns migrantes que dizem preferir voltar para a Síria e morrer em vez de viverem nas condições que os campos oferecem.

Foi pela voz de voluntários independentes que várias situações de violência vieram, assim, a público, como é o caso da partida de um comboio à saída de um campo, em que ocorreu um confronto entre dois grupos de refugiados/as. Os guardas, ao ver aquela situação, simplesmente impediram o comboio de partir, mandando todos os presentes para dentro de uma tenda e começando de imediato a agredir as pessoas, não se importando se eram crianças, grávidas ou idosos.

Frio, fome, angústia, medo e revolta é o quotidiano de milhares de pessoas que sofrem todos os dias em campos militarizados, sem a certeza de que um dia partirão para um local melhor.

Reflexão, opinião pessoal e pistas de resolução

O drama dos/as refugiados/as pode ser caracterizado de várias formas, através de múltiplos conceitos, mas não pode ser descrito como um fenómeno recente.

As guerras que levaram a este fluxo de migrantes forçados duram há bastante tempo. Os conflitos armados entre forças militares, população e rebeldes levaram já à destruição de cidades inteiras. Numa tentativa de fuga destas catástrofes evitáveis, já milhares de pessoas

morreram. Contudo, outros tantos governos acabaram por ficar intactos, como no caso do Iraque, da Síria, de Omã e de Marrocos.

O mais incomodativo de tudo isto é que o mundo assiste a este desastre, perante a indiferença de muitos. A indiferença e inoperância de instituições políticas com responsabilidades faz com que ainda não se tenham tomado medidas adequadas face a esta situação. Potências mundiais, tais como EUA e UE, têm atuado de forma algo passiva, não agindo de forma consequente perante esta situação que afeta metade do mundo de forma bastante dramática.

A meu ver é necessário resolver o problema na origem. São necessárias destituições governamentais, conversações e negociações políticas, de modo a pôr, finalmente, um fim à guerra que assombra milhões de pessoas há vários anos. Os problemas que se iniciam devido a discordâncias políticas têm que se resolver com acordos políticos. Os direitos humanos são (ou deveriam ser) aplicados internacionalmente, tornam-se necessárias acusações contra os responsáveis pelos vários crimes de guerra e contra a humanidade já cometidos.

Após a solução política, é necessário iniciar a reconstrução das cidades e possibilitar o posterior retorno das populações e comunidades aos seus países de origem. Contudo, todos estes objetivos e metas só serão alcançados quando as grandes forças políticas fizerem uso devido das suas poderosas vontades e vozes.

Iniciativas como a promovida pelos CES tornam o contacto com o tema mais esclarecedor e compreensível. Para mim, foi crucial perceber a diferença entre o que realmente acontece e o que não passam de suposições, pois a informação não chega até nós de forma intacta, tornando assim a verdade uma desconhecida.

Um dia nós, jovens de hoje, teremos uma palavra, hoje podemos fazer parte de iniciativas como o estágio, apoiar os voluntários, fazer donativos e através dos meios de comunicação mostrar a nossa posição e sugestão de soluções.

Juntos ajudámos a criar uma guerra, juntos podemos ajudar a acabar com a mesma.

Reflexão Pessoal⁸

Rita Santos⁹

Não podia começar esta minha reflexão sobre o Estágio que tive oportunidade de fazer no Verão de 2016 sem agradecer à Doutora Elsa Lechner e ao Doutor Carlos Nolasco pelo acolhimento caloroso e pelo acompanhamento que me deram e aos meus colegas nesta breve passagem pelo Centro de Estudos Sociais, em Coimbra.

O tema “O drama dos refugiados na Europa” tem sido protagonista de grandes reflexões e debates, pedindo, evidentemente, algumas mudanças e propostas concretas na forma como encaramos esta questão e nas políticas que daí advêm. Nos últimos meses, com a apresentação da Plataforma de Apoio aos Refugiados em Coimbra e com as notícias fortes que nos chegam através dos média, senti que devia aproximar-me deste drama e ter uma voz sobre o mesmo.

Quando cheguei ao CES, para iniciar o estágio, fiquei muito motivada quando percebi que se pretendia uma opinião jovem, que lançasse um novo olhar e desafios sobre o drama dos/as refugiados/as e que, para isso, nos tinham preparado uma semana muito didática e com testemunhos de pessoas que viveram de perto aquilo a que chamamos de “tema” mas que é, para muitos, a sua realidade.

Por essa altura vi um slogan nas redes sociais, a propósito dos/as refugiados/as que dizia “Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”, retirado do poema Cantata da Paz, de Sophia de Mello Breyner Andresen. Foi de forma semelhante que introduzimos a semana. A cada momento que a sociedade ignora a realidade que se vive na Síria, a situação de milhares de pessoas piora. A indiferença, mais do que a distância física, bloqueia processos e inibe soluções. A superficialidade com que nos relacionamos com esta problemática nunca nos vai levar a resolver o problema de fundo ou a ajudar quem precisa de ajuda no imediato.

Para além da leitura de algumas notícias, tivemos a oportunidade de conversar com quem contou a sua história na 1ª pessoa do singular. De entre as pessoas que conhecemos, os testemunhos de Edgar Neto e Nour Machlah foram muito significantes para mim.

Edgar Neto, brasileiro, acompanhou um grupo de refugiados/as no percurso até à Europa, não se valendo da sua cidadania brasileira para facilitar o percurso. A viver lado a lado com a busca pela segurança, de uma porta aberta num sítio em paz, o Edgar conseguiu passar-nos uma mensagem muito pessoal a favor da igualdade e da dignidade da vida humana independentemente da origem, crença ou opinião política de cada um/a. Também me comoveu muito perceber a decisão dele de prescindir do conforto do seu lar, no Brasil, para se colocar numa posição tão desconfortável e, muitas vezes, perigosa, de alguém que se põe a caminho para fugir da guerra. O seu testemunho foi importante para me fazer perceber como é que se processa o pedido de asilo.

⁸ Texto de opinião de uma das estagiárias, elaborado a partir da experiência/atividades/discussões desenvolvidas no estágio Ciência Viva realizado no CES.

⁹ Aluna do ensino secundário, no Colégio da Rainha Santa Isabel, Coimbra.

Com a partilha de Nour Machlah, refugiado sírio residente no Porto, consegui acrescentar uma perspetiva nova ao tema, desta vez ouvindo alguém que, de facto, está impossibilitado de voltar ao seu país porque este está em guerra. Como é estudante de Arquitetura, o Nour testemunhou a sua vontade de regressar à sua cidade e ajudar a reconstruí-la. Compreendi que, assim como o Nour, todas as pessoas que fogem dos seus países foram como que deserdadas: sem lar e sem cidade, viram-se obrigadas a abandonar tudo o que conheciam para salvaguardarem a sua vida e das suas famílias dos conflitos armados e da violência. Nour lançou-nos um grande desafio quando nos pediu para nos colocarmos no lugar dele: como nos sentiríamos? Como gostávamos de ser tratados? A aproximação que estas perguntas nos obrigam a fazer, desmascaram-nos de todo o preconceito. Com as imagens que nos chegam, formamos uma ideia de pobreza extrema, construindo defesas medrosas de que estas pessoas vêm à procura da nossa riqueza, e de que querem levar o que é nosso.

Hoje, chegam às “portas” da Europa centenas de pessoas (talvez até mais), diariamente, fugindo maioritariamente da guerra, trazendo consigo nada para além da vida e, muitas vezes, arriscando-a.

Foi interessante ver que, até dentro do grupo de jovens no estágio, existiam diversas visões e preocupações, desde uma visão mais humana até uma mais política e de relação entre países. Penso, hoje, que nenhuma se deve descurar porque ambas representam um equilíbrio necessário: entre o abrangente e o pessoal. Estamos perante inúmeros dramas pessoais e familiares que devem ser acompanhados, compreendidos e tratados, mas também estamos perante um drama coletivo de grande escala, que precisa de consensos, decisões firmes, respeito pela dignidade humana e cooperação e corresponsabilidade entre países ou continentes. Da mesma forma que os decisores políticos são chamados a agir perante o elevado número de pessoas que fogem todos os dias das suas cidades, importa não esquecer que outras são mortas em território nacional e que não é impossível cada um de nós fazer a diferença para ajudar na inclusão, sensibilização e informação sobre estes problemas.

No final do estágio tive a oportunidade de fazer uma breve apresentação no âmbito do sub-tema “Recepção dos refugiados pelos outros países”, onde procurei fazer um enquadramento geral sobre as cartas internacionais que defendem a dignidade da vida humana, e que esclarecem sobre a responsabilidade dos países em receber pedidos de asilo, entre outros. Destaco aqui alguns artigos da Carta Internacional dos Direitos Humanos, clara nos seus propósitos:

Artigo 3º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 14º 1.

Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

Tomei igualmente contacto com a Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR – Agência da ONU para os Refugiados, que trabalha próximo de toda a problemática, coordenando a ação internacional no apoio a todos quanto precisam de asilo por “fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais”.¹⁰

Daquilo que consegui perceber sobre a receção dos/as refugiados/as, em geral, trata-se de um processo um pouco moroso, suportado e guiado pela Declaração sobre asilo territorial, a

¹⁰ <http://www.acnur.org/t3/index.php?id=252>

nível internacional. O pedido de asilo deve, assim, ser formulado no primeiro país de chegada e deve ser acompanhado por exames médicos e entrevista pessoal para se proceder ao seu deferimento ou indeferimento, o que leva algum tempo. Numa situação normal, este procedimento compreende-se importante para manter a ordem no país de chegada, mas em alturas de sobrelotação nas fronteiras, como é hoje o caso de Itália, Grécia, Turquia, no caso europeu, esta burocracia bloqueia uma situação de ajuda emergente. Com a Convenção de Dublin, fixou-se, na União Europeia, uma ordem de inscrição em apenas um país da União Europeia. Este processo é lento, criando crises nas fronteiras, campos de refugiados/as lotados e sem capacidade e meios para garantir a todos/as comida e alojamento. Isto levou a que se procurasse uma solução através de distribuição de cotas pelos países membros. A insegurança e o medo do desconhecido fazem com que a Europa viva numa ambiguidade entre a xenofobia e os valores base da sua fundação – solidariedade, fraternidade e entreajuda.

Com este estágio, e em particular com a pequena investigação que devolvi no âmbito da apresentação final, percebi a importância de assumir um espírito crítico, que procure sempre informar-se e recolher informação sobre como, de facto, as coisas acontecem, porquê, como se vive e o que várias pessoas, intervenientes ou não, pensam sobre o mesmo assunto ou problema. É a nossa missão enquanto cidadãos/ãs responsáveis pelo que é mais particular e próximo da nossa realidade, mas também do mundo global e das diversas comunidades e culturas.

Deixo uma última reflexão em jeito de apontamento final a ser pensado por cada um/a: hoje, comparando com julho de 2016 – o mês do estágio – parece que o drama no mediterrâneo acalmou, ou será que o tema apenas deixou de ser interessante para as manchetes dos jornais até ao próximo caso sensação? Será que moldamos a nossa atitude e preocupações apenas pelo cardápio de um jornal?

Drama dos/as refugiados/as na Europa. Acordo entre a União Europeia e a Turquia¹

Pedro Costa Marques²

Introdução

No âmbito do estágio “O drama dos refugiados na Europa”, decorrido entre 27 de junho de 2016 e 1 de julho de 2016, no Centro de Estudos Sociais – Coimbra, foi proposto pelos/as investigadores que nos acompanharam a elaboração de um livro que compilasse as experiências e conhecimentos de todos/as os/as que intervieram no estágio. Nisto, de todas as perspetivas a partir das quais analisámos este problema extremamente complexo, desde a situação mais biográfica à problemática da *big picture*, optei abordar o Acordo entre a União Europeia e a Turquia, celebrado recentemente, para controlar o fluxo de refugiados/as que tem entrado no velho continente e que atingiu o ponto crítico no fim de 2015.

A Turquia tem servido de porta de entrada na União Europeia na rota Oriental, tomada por migrantes e refugiados/as que provêm da Síria e do Médio Oriente, marcado por guerras, instabilidade política e debilidade económica. Os/as refugiados/as sírios, até à data de celebração do acordo, entravam na Turquia e seguiam para a Grécia, depois Macedónia e Sérvia, chegando à Hungria e Áustria, sempre com o intuito final de chegar à Alemanha. No entanto, a indisponibilidade da Europa em receber o avultado fluxo de migrantes levou a que os campos de transição erguidos ao longo deste trajeto se tornassem campos de retenção e, com o tempo, a sua viabilidade e capacidade esgotou-se, pelo que foi necessário arranjar uma solução para esta crise. A resolução desta problemática passou pela assinatura deste acordo.

Na formação deste acordo está uma União Europeia dividida, representada por um lado, pelos interesses comunitários defendidos pelo presidente da Comissão Europeia e pelo Presidente do Conselho Europeu, Jean-Claude Juncker e Donald Tusk, e por outro lado pela pressão de alguns Estados Membros que se opõem à entrada e acolhimento de refugiados/as (Hungria, Áustria, Polónia, Eslovénia). Por sua vez a Turquia, representada pelo primeiro ministro, Ahmet Davutoglu, defendeu os interesses da sua nação.

¹ Texto de opinião de um dos estagiários, elaborado a partir da experiência/atividades/discussões desenvolvidas no estágio Ciência Viva realizado no CES.

² Aluno do ensino secundário na Escola Básica e Secundária da Batalha.

Turquia: O eterno candidato à União

A Turquia almejava uma aceleração do seu processo de integração na UE. Candidatou-se a Estado-Membro da UE em 1987, sendo o com maior tempo de espera para entrar, isto porque enfrenta vários obstáculos que têm condicionado a sua adesão, designadamente de cariz:

- Geográfico: apenas 3% do território turco se encontra no continente europeu, ficando a esmagadora maioria no continente asiático, o que dificulta o reconhecimento desta nação como europeia;
- Económico: é uma economia emergente e na última década registou os seus melhores resultados a nível económico, entre 2000 e 2010, registando as mais elevadas taxas de crescimento do PIB, bem como de investimento, numa época caracterizada pelo desacelerar da inflação. No entanto, as taxas de crescimento do PIB têm diminuído e, segundo o Bank of America, a Turquia é uma das três economias emergentes mais frágeis a par do Brasil e África do Sul (grupo dos «três frágeis») e é considerada a mais dependente do exterior de todas elas. O setor do turismo tem tido um papel crescente na economia turca. Concluindo, o seu processo de emergência económica, bem como a sua elevada dependência externa, são condicionalismos à entrada na União;
- Género: Segundo o Global Gender Gap Report, a sociedade civil turca é discriminatória quanto ao género visto que, em média, as mulheres recebem cerca de 65% para o mesmo trabalho realizado por homens. Os homens têm mais acesso à educação e por cada 100 homens no parlamento, existem apenas 17 mulheres. Aliado a isto, para cada 100 homens em posições ministeriais, existem apenas 4 mulheres. Como é visível, a Turquia tem um longo caminho a percorrer no que toca às desigualdades de género;
- Religioso: a União Europeia não tem religião oficial e é pautada pela sua laicidade, embora a grande maioria dos seus habitantes siga o cristianismo ou, pelo menos, os seus valores. A Turquia, não tem religião oficial, mas a esmagadora maioria da sua população identifica-se com o islamismo (98%) e, como tal, são reveladas as diferenças religiosas e culturais entre o bloco europeu e a Turquia. A sua entrada na UE pode, assim, provocar um choque cultural entre os vários países, o que, aliada à livre circulação de turcos, pode vir a promover a ascensão de maiores e mais frequentes movimentos nacionalistas e xenófobos, os quais se têm vindo a popularizar na Europa Oriental e Central. Neste contexto, a população islâmica está ainda, muitas vezes, associada, de forma generalizada e muitas vezes e errada, ao terrorismo e à instabilidade política;
- Político: a Turquia é comandada por um governo conservador religioso desde 2003 e a laicidade do Estado deixa a desejar. Além disso, tanto a liberdade de imprensa como de opinião são condicionadas e o funcionamento de processos democráticos é questionável;
- Militar: esta nação é bastante ativa militarmente, envolvendo-se em vários conflitos ao longo do tempo, o que vai contra os princípios europeus que defendem uma posição mais neutra e diplomática. A Turquia tem-se envolvido, ao longo dos últimos anos, em incidentes com a Rússia, na guerra na Síria e com o Iraque;
- Humanitário: a Turquia enfrenta acusações frequentes de crimes humanitários e de guerra contra os curdos do seu país, que se encontram na parte oriental do território. O governo de Ahmet justifica as suas ações como resposta aos movimentos nacionalistas curdos representados no partido PKK.

O acordo

O acordo entre EU e Turquia surgiu como solução face à crise de refugiados/as que tem assolado a Europa. Foi assinado a 20 de março de 2016. Ahmet declarou «Hoje percebemos

que a Turquia e a União Europeia têm o mesmo destino, os mesmos desafios e o mesmo futuro» e, de acordo com o Conselho Europeu, o tratado tem caráter «temporário» e «extraordinário» esclarece que o objetivo do acordo é «acabar com o sofrimento humano e restaurar a ordem pública». Os migrantes que chegarem às ilhas gregas e que não requeiram asilo ou a sua requisição seja infundada, regressarão de novo à Turquia. Além disso, será dada prioridade a todos os migrantes e refugiados/as que não tenham tentado entrar na Europa de forma ilegal anteriormente.

Compromissos

Por um lado, a EU compromete-se a duplicar a ajuda financeira à Turquia para melhor acolher os/as refugiados/as e melhorar as condições nos campos construídos neste território, fixando-a num total de seis mil milhões de euros. Juntamente, há uma colaboração recíproca entre as instituições e autoridades de ambas as partes envolvidas, traduzindo-se na presença turca nas ilhas gregas e na presença europeia e grega na Turquia. Adicionalmente, a EU compromete-se a introduzir um regime de isenção de vistos turcos para facilitar a circulação de pessoas na União. Por fim, a Europa concordou em acelerar o processo de integração turco no bloco europeu, tentando ultrapassar todos os condicionalismos mencionados acima.

Por outro lado, a Turquia compromete-se a impedir a abertura de novas rotas de imigração ilegal e, para tal, tem reforçado o policiamento na fronteira e construído um muro para impedir a entrada ilegal de imigrantes na EU (um terço já está construído). Juntamente, compromete-se a cumprir a regra do “um por um”. Esta regra diz-nos que por cada migrante que chegar às ilhas gregas de forma ilegal e que seja reenviado de novo para a Turquia, a União recebe um refugiado sírio que esteja a aguardar por pedido de asilo. Tal permite que os países europeus escolham a dedo os/as refugiados/as (os mais jovens e qualificados). Este mecanismo estará em vigor até um máximo de 72 mil refugiados/as acolhidos. Se este valor for ultrapassado, o acordo será descontinuado. A importância deste acordo para a Turquia é vital, pois depende dele para facilitar a sua integração na EU o que justifica o intensificar a vigilância na fronteira. Por fim, os turcos estão obrigados a acolher os/as refugiados/as de acordo com as leis e convenções internacionais e, além disso, cumprir os direitos dos/as refugiados/as, especialmente sírios, ou seja, impedir o seu repatriamento.

Falhas no Acordo

Os críticos deste acordo consideram que a via seguida pela EU revela a sua incapacidade em dar uma resposta coordenada e a uma só voz a este problema e expõe uma indiferença generalizada à situação crítica dos/as refugiados/as. Emilio de Capitani, um dos críticos desta firmação, defende que existem falhas jurídicas nele que permitem a expulsão de refugiados/as de território turco para o seu país de origem. Estima-se que tenham sido deportados para a Síria 100 mil refugiados/as. Juntamente, existe uma outra brecha jurídica que torna possível a deportação em massa de refugiados/as. Aliado a isto, como já vimos acima, há uma conclusão falaciosa que considera a Turquia um país pacífico o que não é verdade devido aos seus conflitos internos e externos. De seguida, verifica-se que o sistema de registo de requerentes de asilo na Grécia é fraco devido à grande afluência de refugiados/as e que tem uma organização deficiente. Por fim, o acordo vai contra os princípios europeus em que a União foi fundada que defendem a liberdade, fraternidade e respeito pelos outros, o que não se verifica, visto que os requerentes de asilo não estão a ver os seus legítimos pedidos e direitos atendidos.

Concluindo, o acordo entre EU e Turquia foi a solução encontrada para controlar este fluxo de migrantes, mas, este caminho deixa muito a desejar como já verificámos. Os campos turcos são improvisados e estão sobrelotados isto porque têm capacidade para 265 mil refugiados/as e estão no país cerca de 2,7 milhões de refugiados/as, ou seja, a Turquia alberga nos seus campos menos de 10% dos requerentes de asilo que a procuram. Isto traduz-se num aumento de migrantes em volta deles onde existe um alastrar da precaridade e predomina a ausência de direitos básicos para estas pessoas. Além disso, estes campos não têm supervisão do ACNUR ao contrário do que se sucede em todas as outras situações pelo que não são considerados campos de refugiados/as, mas sim de retenção. Há uma forte censura e opressão por parte do governo turco que impede a entrada de imprensa nestes espaços e de ONG's que possam denunciar as condições indignas a que os migrantes tenham sido postos à prova. Com estas medidas, condiciona os direitos dos/as refugiados/as que poderiam ser melhor assistidos nestes campos totalmente militarizados. Por fim, a Turquia enfrenta acusações da Humans Rights Watch de matar refugiados/as nos seus campos bem como de os tratar de forma desumana, acusações às quais defende que são infundadas. O acordo, é por isso, insuficiente e imprudente pondo em causa a vida e dignidade de todos estes migrantes.

Webgrafia

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Turquia#Economia>

<https://www.publico.pt/mundo/noticia/ue-e-turquia-mais-perto-de-um-acordo-sobre-fluxo-de-refugiados-1725513?page=1#/follow>

<http://oglobo.globo.com/mundo/ue-aprova-acordo-com-turquia-para-conter-fluxo-migratorio-18905860>

<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/economies/#economy=TUR>

<http://br.sputniknews.com/mundo/20160307/3759672/ue-turquia-acordo-plano-resolucao-crise-refugiados.html>

<http://observador.pt/2016/03/18/europa-chega-acordo-turquia/>

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bank-of-america-coloca-brasil-entres-tres-frageis,10000006573>

http://www.lejournalinternational.fr/Turquia-que-lugar-para-as-mulheres_a2887.html

<http://www.dw.com/pt/vit%C3%B3ria-conservadora-na-turquia-preocupa-ue/a-669094>

<https://www.publico.pt/mundo/noticia/turquia-acusada-de-abater-refugiados-sirios-na-sua-fronteira-1731527>

<https://www.publico.pt/mundo/noticia/turquia-abre-o-maior-campo-de-refugiados-para-sirios-1683461>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_migrat%C3%B3ria_na_Europa

<https://free-group.eu/2016/06/07/is-the-european-council-responsible-for-the-so-called-eu-turkey-agreement-the-issue-is-on-the-court-of-justice-table/>

“O CES vai à Escola” e Refugiados/as: quando o saber ocupa lugar

Joana Sousa Ribeiro,³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
joanasribeiro@ces.uc.pt

Resumo: Este texto procura reflectir sobre a experiência da atividade de extensão “O CES vai à Escola”, uma iniciativa desenvolvida por alguns investigadores/as do Centro de Estudos Sociais (CES), em parceria com o programa Ciência Viva. Concretamente, tendo como referência a sessão intitulada “A Crise dos Refugiados na Europa e as Mobilidades Transnacionais”, pretende-se realçar a necessidade de desenvolver, no âmbito das actividades escolares, um tempo de reflexão e de informação crítica sobre acontecimentos que permeiam as sociedades actuais, neste caso as designadas “migrações forçadas”.

Defende-se, assim, a promoção de espaços-temporais que fomentem o pensamento crítico e a interação entre a comunidade escolar e a comunidade científica, de modo a potenciar a co-formação para o (inter)reconhecimento, para o diálogo intercultural, para a paz e para os direitos fundamentais.

Palavras-chave: ciência, educação, refugiados/as, pensamento crítico, cidadãos/ãs.

“Por que é que os refugiados têm direito a uma casa?”; “Por que é que eles não vão para os países Árabes?”; “Como começou a guerra na Síria?”: eis algumas perguntas com que alunos/as do 3º ciclo do ensino secundário interpelaram investigadores/as do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)⁴ que, no âmbito da iniciativa “O CES vai à Escola”,⁵ dinamizaram uma sessão intitulada: “A Crise dos Refugiados na Europa e as Mobilidades Transnacionais”.

A capacidade de questionar e de refletir sobre uma “*época líquida*” (Bauman, 2007) permite configurar um agente de socialização e de educação formal, como a Escola, enquanto promotor de uma consciência crítica.

³ Investigadora do Centro de Estudos Sociais e doutoranda em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Co-coordena um grupo de pesquisa da rede internacional IMISCOE (International Migration, Integration and Social Cohesion) sobre a mobilidade de jovens adultos e a crise económica. Em conjunto com investigadores/as na área das Ciências Sociais e Humanidades, criou um fórum de debate sobre refugiados e migrações (RMIR). Os seus interesses de investigação centram-se em questões relacionadas com a mobilidade socioprofissional de migrantes, políticas de selecção e de inclusão de migrantes, estudos longitudinais, estudos interculturais e cidadania.

⁴ Concretamente, os/as investigadores/as Carlos Nolasco, Elsa Lechner, Joana de Sousa Ribeiro e Olga Solovova,

⁵ Uma iniciativa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES – UC), cuja primeira edição ocorreu, a título experimental, no ano letivo de 2010/2011, tendo como proponentes Ana Raquel Matos, Hugo Dias, Pedro Araújo, Sara Araújo e Susana Costa. Neste momento, fazem parte da Comissão Organizadora os/as investigadores/as Bruno Sena Martins, Miguel Cardina e Susana Costa.

O projeto “O CES vai à Escola” procura, de novembro a junho de cada ano letivo, contribuir para a divulgação do conhecimento produzido em diferentes áreas das Ciências Sociais e das Humanidades, partilhando resultados do trabalho de investigação e promovendo um debate crítico com alunos/as de vários ciclos de ensino (2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário) (www.ces.uc.pt/extensao/cesvaiescola).

A par de competências técnico-instrumentais e cognitivas que norteiam o desenvolvimento curricular de cada aluno/a, e que são avaliadas e aferidas periodicamente, o ensino e a aprendizagem, quaisquer que sejam os moldes que os suportam, procuram, na sua essência, a compreensão de avanços tecnológicos, de fórmulas matemáticas, de obras literárias; mas também a compreensão do *`mundo de vida`* (Lebenswelt), no sentido habermesiano do termo. Ao negligenciar-se esta dimensão em prol da explicação, limita-se a possibilidade de crianças e jovens desenvolverem o que pode ser considerado como sendo basilar na educação científica, a capacidade de questionar; tendo presente que “*vivemos um tempo de perguntas fortes e de respostas fracas*” (Santos, 2008).

Num tempo de incertezas (ontológicas, sociais, institucionais) e de pulverização de crises (económico-financeiras, sociais, políticas, culturais, humanitárias, epistemológicas), a Escola assume um papel privilegiado na inteligibilidade – leia-se mais do que explicação – de mudanças e transições sistémicas.

A deslocação de pessoas em fuga de zonas de conflito e/ou onde prolifera a violação de direitos fundamentais (as designadas “migrações forçadas”) assume contornos tais que deviam ser acionados mecanismos de resposta urgentes por parte de estruturas políticas e sociais e, portanto, também educativas.⁶ Estamos perante o maior movimento populacional da história (65.3 milhões, segundo dados do ACNUR, de junho de 2016), que convém (re)conhecer.

Ao contrário de outros fenómenos históricos, as migrações do século XXI podem ser testemunhadas, em tempo real e em simultâneo, através de redes sociais e pessoais, de meios de comunicação de massa e de mecanismos de controlo e de vigilância. Desse modo, não podemos desconhecer alguns fatos relatados no último relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR, 2016): uma em cada 113 pessoas no mundo é deslocada; mais de um milhão de pessoas fizeram-no por travessia marítima até à Europa; mais de metade da população deslocada é de nacionalidade Síria, Afegã ou Somali; a Turquia, o Paquistão e o Líbano estão entre os países que acolheram um maior número de pessoas deslocadas.

Através dos meios de comunicação, temos também conhecimento público de narrativas pessoais (“*Não vamos à procura de uma vida melhor. Vamos à procura de vida. Atrás de nós só há morte.*” (Expresso, 02/09/2015); de imagens que abalam a indiferença (por exemplo, a criança síria de 2 anos – Aylan Kurdi – naufragada numa praia da Turquia, requerentes de asilo que coseram os lábios em sinal de protesto no campo de detenção de Calais e na fronteira entre a Grécia e a Macedónia); de respostas Estatais produtoras de uma biopolítica do medo (através da construção de barreiras físicas ou da instrumentalização de mecanismos democráticos como o referendo). A fronteira (in)corpora-se, sendo o corpo apenas a visibilidade figurativa da morte, a materialização de silêncios (e silenciamentos), a hetero-representação de “regimes de verdade” (Foucault, 1977).

Será, pois, pelo desconhecimento que a proliferação de atitudes xenófobas e discriminatórias encontrará um campo de atuação nas gerações mais novas.

⁶ Nste âmbito, há que referir um programa de bolsas de estudo de emergência, a “Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios”, uma iniciativa lançada em março de 2014, pelo ex-presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

Tendo presente este contexto, no ano letivo de 2015/ 2016, entre outras sessões planeadas,⁷ o projeto “ O CES vai à Escola” promoveu dezassete sessões sobre a temática “*A Crise dos Refugiados na Europa e as Mobilidades Transnacionais*”, abrangendo vários estabelecimentos de ensino público⁸ e envolvendo mais de 1.400 alunos/as. Com o objetivo geral de contribuir para a desconstrução de estereótipos e representações sociais e desmistificar estados coletivos de ansiedade, procurou-se, nomeadamente, problematizar as mobilidades internacionais como fenómenos sociais; concetualizar os movimentos migratórios e de refugiados/as; conhecer as trajetórias e os percursos biográficos dos refugiados/as; compreender a influência de discursos políticos xenófobos na legitimação de práticas de exclusão e de discriminação.

A visita de investigadores/as do CES, da área das migrações, a várias Escolas Secundárias, numa fase em que na Europa se discutia a imposição de quotas de realocação de 160 mil requerentes de asilo, revelou-se de grande acuidade, permitindo debater questões como: regimes de mobilidade e de cidadania, mecanismos de exclusão/inclusão, formas de solidariedade, relações inter-escalares de fenómenos internacionais, ações de intervenção humanitária e de garantia e defesa dos direitos humanos. A este último título, refira-se uma representação teatral de casos reais de violação dos direitos humanos (violação da integridade física e violação da liberdade de expressão), por parte de um grupo de alunos/as membros do núcleo dos direitos humanos. Assim, esta sessão em particular foi enriquecida com a participação direta dos/as alunos/as na identificação dos direitos humanos colocados em causa.

Nas sessões realizadas, observou-se como o encontro da comunidade escolar (envolvendo professores/as, auxiliares de ação educativa e alunos/as) com investigadores/as da área das migrações constitui um acontecimento singular no tempo linear das atividades escolares, configurando uma oportunidade de debate e de contextualização de alguns desafios com que se deparam as sociedades contemporâneas.

O debate com os alunos/as assumiu, não raras vezes, contornos dicotómicos – a favor ou contra a vinda dos/as refugiados/as –, o que, de certo modo, refletiu a forma como a questão foi inicialmente abordada por parte de um outro agente de socialização: os meios de comunicação social. Refira-se, a este título, a utilização, por parte de alguns *media*, de conceitos como “vagas” ou “fluxos” e de representações iconográficas de uma “massa humana” para referenciar as populações deslocadas, contribuindo, assim, para a sua desumanização (Buchanan *et al.*, 2003). A discussão em torno da veracidade (se se tratam de “verdadeiros refugiados” ou não) contribuiu também para um debate enviesado, o que configurou a necessidade – sentida por parte dos/as investigadores/as que realizaram as sessões – de problematização de conceitos utilizados nos estudos migratórios (como sejam migrantes económicos, requerentes de asilo, refugiados/as) e de esclarecimento quanto ao enquadramento jurídico do regime de proteção internacional. De certo modo, procurou-se colmatar a exclusão simbólica da auto-representação dos/as refugiados/as – enquanto sujeitos de enunciação do seu discurso – com a apresentação de histórias de vida de refugiados/as e de outros contextos históricos de deslocamento de populações.

⁷ Compreendendo temas tão diversos, como sejam, economias solidárias; igualdade entre homens e mulheres; orçamento participativo; racismo; tráfico de seres humanos; juventude, precariedade e desemprego.

⁸ Localizados em diferentes cidades do país, tais como, Abrantes, Águeda, Caldas da Rainha, Cantanhede, Coimbra, Matosinhos, Oliveira do Bairro, Penacova, Penela, Peniche, Pombal, Pombal e S. João da Madeira.

Da experiência desses encontros, subjaz a urgência de promover formação em áreas como educação para a cidadania, educação para o diálogo intercultural e alteridade, educação com os *media*⁹ e educação para a paz e direitos fundamentais. No fundo, uma educação para o (inter)reconhecimento. Desse modo, criam-se condições para o desenvolvimento de um “conhecimento-emancipação” em detrimento do “conhecimento-regulação”, possível através de um exercício de permanente diálogo e reciprocidade (entre)culturas, de um “trabalho de tradução” entre saberes, sob forma de uma “hermenêutica diatópica” (Santos, 2006).

O projeto “O CES vai à Escola”, que se desenvolve desde junho de 2014 em parceria com o programa Ciência Viva,¹⁰ contribui para o reconhecimento da importância das Ciências Sociais e das Humanidades na promoção e desenvolvimento do conhecimento científico. A sua divulgação pode representar uma oportunidade no desenvolvimento de respostas societárias mais inclusivas, se considerarmos que o papel público da Ciência não se esgota, por si só, na produção de indicadores científicos e tecnológicos. Uma análise crítica da realidade, dos processos de exclusão e de desigualdade que a própria produção do conhecimento científico comporta, deve constituir um imperativo na formação de crianças e jovens. Nesse âmbito, as Ciências Sociais e as Humanidades desempenham uma importante função, o desenvolvimento de uma cidadania crítica.

A análise do fenómeno migratório (compreendendo contextos, agentes, estruturas de oportunidade, enquadramento internacional e legislativo, mudanças históricas) representa, a este nível, uma oportunidade para a mobilização de um público mais jovem sobre democracia, justiça redistributiva, confiança na diferença. Constitui, assim, um tema não só de grande potencialidade heurística, mas também de importância fundamental para o desenvolvimento de uma ciência – e de cidadãos/ãs – comprometida.

Poderemos viver Juntos?, interpela-nos o sociólogo Alain Touraine (Touraine, 1997). Vinte anos depois, subsiste a necessidade de interrogar e de refletir sobre a capacidade coletiva de viver em conjunto, num espaço (trans)nacional cada vez mais marcado por múltiplas desigualdades associadas a uma globalização hegemónica e, simultaneamente, pelo fechamento nacionalista induzido e pelo fechamento nacionalista induzido por discursos populistas.

Como pode a Escola – uma das instituições do Estado-Nação – responder a esse desafio, será uma questão a considerar. As perguntas formuladas pelos alunos/ as podem, sem dúvida, ser um princípio. Criar um tempo para um debate crítico onde prevalece o intercâmbio entre Ciência (incluindo as Ciências Sociais e as Humanidades) e Educação constitui – espera-se – um contributo.

⁹ No sentido da promoção não só de determinados níveis de literacia mediática e digital, mas também no envolvimento de crianças e jovens enquanto sujeitos ativos nos processos comunicativos. Esta dimensão cívico-política da comunicação compreende não só um conjunto de competências e conhecimentos que permitem uma análise crítica dos media mas também o seu uso expressivo como espaço público de intervenção (Pinto *et al.*, 2011).

¹⁰ Unidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, criada em 1996 (Despacho nº 6/ MCT/ 96), com o intuito de apoiar “ações dirigidas para a promoção da educação científica e tecnológica na sociedade portuguesa, com especial ênfase nas camadas mais jovens e na população escolar dos ensinos básico e secundário”. Em 1998, foi constituída a Associação Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT) (DR nº 265/ 98, de 5 de Novembro) (<http://www.cienciaviva.pt/home/>).

Referências bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (2007), *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity.
- Buchan, Sara; Grillo, Bethan; Threadgold, Terry (2003), “*What’s the Story? Results from research into media coverage of refugees and asylum seekers in the UK*”. Londres: Article XIX Disponível em <https://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/refugees-what-s-the-story-.pdf>.
- Foucault, Michel (1977), *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. London: Allen Lane.
- Pinto, Manuel (coord.) (2011), *Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008), “A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo - para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.
- Touraine, Alain (1997). *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et Différents*. Paris: Fayard.
- UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees) (2016), *Global Trends – Forced Displacement in 2015*. Geneva: UNHCR.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto tem duas linhas de edição com orientações distintas: a linha "**Estudos**", que se destina à publicação de relatórios de investigação e a linha "**Debates**", orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

• U



C •

